

15 de Fevereiro 2022

Terça-feira

Semanário - Ano 6

Nº 296

Director-Geral

Evaristo Mulaza



EUROBONDS

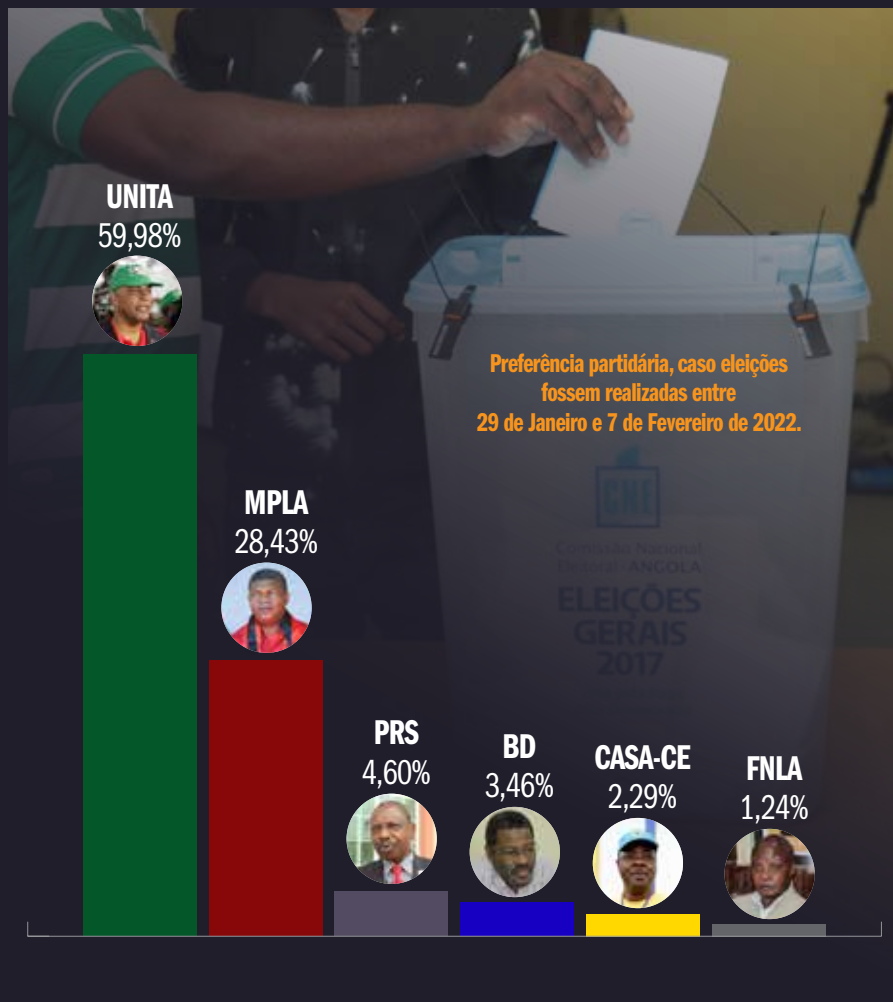
Governo espera encaixar 3,4 mil milhões de dólares

Pág. 10

SONDAGEM ANGOBARÓMETRO

Mais de 70% acredita na alternância política por via democrática

ELEIÇÕES. Novo inquérito da Angobarómetro, realizado entre Janeiro e Fevereiro deste ano, reconfirma a tendência de queda do partido no poder e da sua liderança, em benefício do principal partido na oposição. Em 4.189 eleitores, mais de 70% acredita que o MPLA vai ser afastado do poder, pela primeira vez, em 47 anos. ACJ segue também à frente de João Lourenço. Págs. 8 e 9



VANDRE PAQUETE, ESPECIALISTA EM LOGÍSTICA

“Hoje não somos capazes de distinguir a carne de gato da carne de frango porque ninguém faz este controlo”

Págs. 4 a 7



ALERTA CCIA-EAU

Preconceitos e falta de transparência podem travar investimento árabe

Pág. 11

Editorial

É CARNE DE GATO. COMAMOS!

As denúncias que se tornaram frequentes sobre a precariedade do sistema de controlo de qualidade dos alimentos deviam ser uma das preocupações centrais do país. Por várias razões complexas que se resumem em duas questões simples: é a saúde pública que está em causa e, no limite do raciocínio, é a própria soberania do país em jogo.

Depois dos relatos divulgados na semana passada pelo Valor Económico sobre a debandada nos laboratórios do Ministério da Agricultura, desta vez é um especialista em logística a pôr o dedo na ferida. Nas palavras de Vandre Paquete, em entrevista exclusiva que se pode ler nesta edição, hoje o país não está capaz de distinguir a carne de gato da carne de frango. Isto porque hoje não há qualquer controlo interno nivelado às exigências.

Note-se, como lembra Paquete, que o país não esteve propriamente à deriva a todo o momento. Até 2017, pelo menos, Angola tinha condições significativas para garantir o controlo de qualidade dos produtos importados. O desmantelamento desse sistema foi decidido por razões políticas e alegadamente por reclamações generalizadas dos importadores sobre os preços que eram praticados pela empresa que prestava serviços ao Estado.

Ocorre que o problema não está necessariamente no desmantelando em si do que já estava mon-

tado. Sendo o Governo soberano na escolha dos parceiros com quem trabalha ou deseja trabalhar, está-lhe reservada a prerrogativa de rescindir os contratos que bem entende. Claro, desde que evoque a protecção do interesse público e assumas as obrigações decorrentes do rompimento com esses parceiros. Só que, ao desmontar um sistema genericamente aceite como necessário à protecção da saúde pública, o Governo deve montar outro, no mínimo, mais capaz, mais eficiente e mais eficaz.

O que os factos dizem é que nada disso ocorreu. O que muitos operadores ligados às várias áreas da segurança alimentar denunciam é que o Governo decidiu simplesmente deixar os angolanos à sua sorte. Particularmente quanto à segurança dos alimentos importados que consomem. De forma fria e sensata, ninguém é, por isso, capaz de prever as consequências imediatas e de médio e longo prazos decorrentes desta irresponsabilidade. Porque o problema não está apenas ou precisamente na troca do frango pela carne

de gato. Até porque é quase seguro que, grosso modo, a carne de gato não faz mal a ninguém. Mais grave do que isso, são os coliformes, as listérias, o arsénio, entre outras bactérias e metais, que seguramente entram todos os dias nos estômagos angolanos. Sem qualquer controlo, sem qualquer defesa.

O Governo tem, portanto, de rever o processo de controlo de qualidade com olhos de prioridade e sentido de urgência. Já no passado, deixou-se enganar, por muito tempo, pelo lobby dos importadores que defendia a segurança das inspecções pré-embarque, negligenciando a necessidade de análises laboratoriais em solo angolano e antes de os produtos chegarem às prateleiras. Uma verdadeira maquiagem, em nome do lucro, quando se tem em conta que as inspecções pré-embarque tratavam exclusivamente de matérias alfandegárias. Ou seja, não incluíam o controlo sanitário.

Tal como afirmámos acima, em última instância, o que está em causa é a soberania.



Mário Mujetes © VE



FICHA TÉCNICA

Director-Geral: Evaristo Mulaza
Directora-Geral Adjunta: Geralda Embaló

Editor Executivo: César Silveira
Editora Executiva Adjunta: Isabel Dinis
Redacção: Edno Pimentel, Emídio Fernando, Guilherme Francisco, Júlio Gomes e Suely de Melo
Fotografia: Mário Mujetes (Editor) e Santos Samuesseca
Secretária de redacção: Rosa Ngola

Paginação: Edvandro Malungo e João Vumbi
Revisores: Edno Pimentel, Evaristo Mulaza e Geralda Embaló
Opinião: Alves da Rocha, António Vieira, Carlos Rosado de Carvalho, Ernest & Young, Gong Tao (embaixador chinês)
Propriedade e Distribuição: GEM Angola Global Media, Lda
Tiragem: 00 N° de Registo do MCS: 765/B/15
GEM ANGOLA GLOBAL MEDIA, LDA Administração: Geralda Embaló e Evaristo Mulaza
Assistente da Administração: Geovana Fernandes

Departamento Administrativo: Jessy Ferrão e Nelson Manuel
Departamento Comercial: Geovana Fernandes
Tel.: +244941784790-(1)-(2)
N° de Contribuinte: 5401180721
N° de registo estatístico: 92/82 de 18/10/82
Endereço: Avenida Hoji-Ya-Henda, 127, Marçal, Luanda-Angola; 222 320511 Fax: 222 320514
E-mail: administracao@gem.co.ao; comercial@gem.co.ao

A semana

3 PERGUNTAS A...



ORLANDO DOSSANTOS,
jurista

Com as eleições às portas, o combate à corrupção vai 'hibernar'?

Não é uma vontade de uma pessoa apenas. Esse é um projecto que deve ser de todos aqueles que acham que o país tem de mudar. E o Presidente João Lourenço não é o timoneiro do combate à corrupção.

Porquê?

Já se fala do combate a esse fenómeno há muitos anos aqui e no mundo. Em Angola, João Lourenço é o continuador das políticas de combate e o seu surgimento à frente do país apenas trouxe algum fôlego na luta contra esse mal. E todos nós, cada um no seu sector, deve se sentir parte integral desse esforço, porque sozinho não será possível erradicar esse problema de que enferma a nossa sociedade.

E como o avalia globalmente?

Temos de saber que há imperfeições em toda a parte, da base ao topo. Estou a falar, por exemplo, de sectores como a Polícia, o próprio sector público e privado, portanto, temos de admitir que há imperfeições. É preciso grande empenho porque isso requer também grandes desafios. Logo, o mais importante é que há algum andamento nesse processo e temos sido testemunhas disso.

15
TERÇA-FEIRA

O Vice-Presidente da República, Bornito de Sousa, chega a Bruxelas, Bélgica, para, em representação do Presidente João Lourenço, participar na 6.ª Cimeira União Europeia-União Africana.

09
QUARTA-FEIRA

O Banco Nacional de Angola (BNA) lembra que publicou quatro novos avisos que visam normalizar as operações de pagamentos a que devem estar sujeitas as instituições bancárias nacionais, visando o alinhamento às boas práticas internacionais.

10
QUINTA-FEIRA

A comissária da União Africana Josefa Sako revela, num encontro internacional, que o continente africano desperdiça, anualmente, cerca de 50 mil milhões de dólares com a importação de bens alimentares com potencial de serem produzidos localmente.



11
SEXTA-FEIRA

A linha de crédito do Deutsche Bank já aprovou para financiamento projectos de 10 empresas, num valor global de 340 milhões de dólares, segundo o ministro da Economia e Planeamento, Mário João.



12
SÁBADO

Relatório mensal do Instituto Nacional de Estatística (INE) dá conta que o Índice de Preços no Consumidor Nacional regista uma variação de 2,0%, de Dezembro de 2021 a Janeiro de 2022.



13
DOMINGO

O embaixador de Angola Não Residente no Kuwait, Albino Malungo, reúne-se com o vice-director-geral da Câmara de Comércio e Indústria do Kuwait, Hamad J.Al-Omar.



SEGUNDA-FEIRA

O A Sino-Ord, maior fábrica de mosaico e azulejo de Angola, manifesta estar a procurar fornecedores de papel reciclado para a sua indústria, preferencialmente empresas que estejam situadas na África Austral.

COTAÇÃO



PETRÓLEO RECUA...

O petróleo iniciou a terça-feira a cair com o anúncio da retirada da tropa russa da fronteira com a Ucrânia. O Brent, referência às exportações angolanas, no final da tarde caía, 3,76% para os 92,86 dólares. Já o WTI seguia a negociar a 91,52 dólares, caindo 4,12%.



BOLSAS EUROPEIAS EM RECUPERAÇÃO...

As acções europeias começaram a terça-feira a recuperar motivadas pela retirada das tropas russas na fronteira com a Ucrânia. O índice pan-europeu STOXX 600 fechou em alta de 1,43%, a 467,56 pontos, depois de cair em três sessões consecutivas. Enquanto o Financial Times avançou 1,03%, a 7.608,92 pontos, o índice DAX subiu 1,98%.

Entrevista

VANDRE PAQUETE, ESPECIALISTA E CONSULTOR EM LOGÍSTICA

“Hoje não somos capazes de distinguir a carne de gato da carne de frango porque ninguém faz este controlo”

Tem uma visão crítica sobre o sector logístico angolano, embora acredite que o Estado sempre lhe reservou a sua importância. Vandre Paquete, consultor em Logística, alerta para as questões estruturais que não são levadas em conta na formatação da Zona de Comércio Livre Africana e lembra que a rescisão do contrato com a Bromangol deixou o país ‘despido’ em termos de controlo da qualidade dos alimentos.

Por César Silveira

Que avaliação faz do sector logístico em Angola? É um sector a que o Estado Angolano, nas suas várias facetas, sempre deu importância. Nunca foi negligenciado. Aliás, no tempo da economia centralizada, dependíamos de uma organização logística que permitia ao Estado conseguir sustentar a população. Até mesmo a manutenção da guerra exige detalhes logísticos. Não é possível man-

ter um conflito armado durante tanto tempo sem uma organização logística. Quer dizer que a logística em Angola é uma realidade já há muito tempo. Só o entendimento é que varia em função da pessoa que estiver a tratar dela. O conceito de logística de uma empresa pode ser um e o de outra diferente com base naquilo que cada uma faz. Muitas vezes, o entendimento que se tem é que a logística é uma pessoa que fica num armazém. É muito mais do que isso.

Mas conseguimos evoluir da logística do tempo de guerra para a necessária nos dias de hoje?

Alguns conseguiram evoluir, outros

estagnaram e outros não sabem sequer que são profissionais de logística, desempenham uma função que acham que não tem nada que ver com a logística, mas tem. A logística funciona em cadeia, todos fazem a sua parte para complementar um bem comum. Como é uma realidade, é uma necessidade, é um dos pontos em que o Estado sempre aposta, então não tem como negligenciar. O sector privado também acompanha. Estamos agora a falar da Reserva Estratégica Alimentar, é uma actividade logística de grande dimensão.

Em 2014, o IMPA entrou para a lista negra da Organização Marí-

tima Internacional. Não é um sinal de alguma negligência no sector?

A questão do IMPA foi particular porque existem requisitos para determinadas organizações. Assim como tivemos o FMI aqui para cumprir determinados requisitos para a nossa economia ser considerada regular, o IMPA tem de cumprir alguns requisitos das organizações internacionais de que faz parte, assim como a TAAG que também esteve em tempos na lista negra. Em determinado momento, não cumpríamos. Não era falta de profissionalismo ou de capacidade técnica, mas uma questão de timing e de cumprimento. O que é que aconteceu muitas vezes no pós-indepen-

dência? Muita gente que estava à frente dos nossos organismos não eram as pessoas que deviam lá estar, não entendiam a sensibilidade do ou ministério que dirigiam.

Uma das debilidades apontadas, nesta questão do IMPA, foi a falta de técnicos especializados. Já melhorámos?

Melhorou consideravelmente, encontrámos muita gente que já sabe o que fala, mostra conhecimento técnico daquilo que está a fazer. No princípio, quando comecei a minha actividade, estou a falar de 95, 97, contavam-se as pessoas que dominavam a logística como tal, mas hoje existem pessoas que realmente dominam a logística. O que é preciso é que estas pessoas estejam no lugar de decisão e não apenas como subalternos e que não possam influenciar na execução das coisas.

Muitos despachantes e transitários queixam-se, por exemplo, da suposta falta de domínio por parte de muitos dos profissionais da AGT...

O que acontece é mais a questão do factor humano do que o factor técnico. As incompreensões são mais com base no carácter da pessoa com que se vai ter e não exactamente no trabalho em si. Nós fazemos bilhetes de despacho, passamos por outros programas e hoje estamos com o Asycuda. Não é o melhor programa do mundo, mas ainda assim é aquele que é validado pelas Nações Unidas. Portanto, em termos técnicos, estamos bem. A questão do capital humano é sempre discutível com base no enquadramento e na qualificação que se faz dos funcionários. Quando fazemos uma exposição, não podemos apenas contar com as respostas favoráveis e não podemos presumir que, quando a resposta não nos é favorável, a pessoa que lá está não está capacitada. Às vezes, há dúvidas quanto à interpretação de um determinado artigo em termos de classificação pautal e que a AGT tem de ser a última entidade a definir a classificação justa.

Quais são os principais gargalos na cadeia toda da logística?

A questão da melhoria passa pela harmonização, por exemplo, dos preços na questão das cargas aéreas onde cada agência aplica o seu preço conforme lhe convém. Alguém vai para validar uma carta de porte e encon-

“ Se queremos competir numa zona exclusivamente nossa, temos de apostar no capital nacional. Os armadores nacionais foram postos de lado. Países há em que limitam os grandes armadores. ”

tra preços diferentes para cada companhia aérea, não deve ser assim. No lado marítimo, já temos uma tabela acordada com todos os agentes, onde estão os valores a cobrar pelos diferentes serviços.

Mas, em termos de constrangimentos, é possível identificar diferenças entre Luanda e as demais regiões...

No marítimo, hoje, em três dias, consegue-se tirar uma mercadoria sem precisar grandes esforços, porque se começa a validar os processos cinco dias antes de o navio chegar, dá tempo para organizar toda a papelada, só ficando a questão do terminal. Mas isso estou a falar ao nível de Luanda. Se fomos para outras realidades, por exemplo, encontra-se no Lobito uma dificuldade muito grande em termos operacionais que é a questão do porto comercial, por isso a maior parte das companhias marítimas prefere escalar Luanda e depois cobrir o trajecto por via rodoviária. Ou seja, o destino é Benguela, mas o contentor sai de Luanda, o importador prefere que o contentor seja descarregado em Luanda e seja transferido via rodoviária, porque a performance, ao nível do Porto do Lobito, ainda deixa muito a desejar. Existe o processo de privatizar o Porto do Lobito, então vamos ver no que vai dar, porque aquilo é mesmo um gigante adormecido.

E qual é a avaliação do terminal de Luanda, no caso, o que passou para a gestão da DP World?

A DP World trabalha dentro da base Sonils, tinha constrangimentos, mas são compreensíveis porque a empresa anterior tinha um programa e um modo de trabalho diferente. Era necessária a adaptação e capacitação do pessoal e isso, para o importador, parecia criar alguns constrangimentos porque demorava um pouco mais a reacção, mas hoje já não se sente isso. A DP World já trata os processos como um outro terminal da mesma categoria e com a mesma qualidade.

Que opinião tem da obrigação da importação a granel?

A importação de produtos a granel não foi muito bem pensada, ainda que tenha havido uma boa intenção. A importação de produtos a granel exige cuidados redobrados, uma organização integrada, não apenas a sua importação, mas a



Mário Nujates © VE

acomodação, a transferência do produto, as medidas de higiene. Tudo isso deveria ter sido acutelado. Acho prematuro falarmos de uma obrigação a 100% da importação destes produtos assim ou limitação das quantidades de quem quiser importar para condicionar a importação a granel porque isso tudo sufoca o mercado. Quando se começa a impor limites para o importador, sufoca-se o mercado. É quase como um reflexo do que já vivemos no tempo do partido único, quando o Estado era o único que importava, víamos o que acontecia no porto com a importação dos produtos a granel. Quanto tempo os

navios faziam, os cuidados que eram tidos com a descarga? Hoje não sei como é que se está a pensar, se haverá outras medidas para complementar e evitar que haja muitos problemas em relação a isso. É uma opção que deveria ser tida só para ser aplicada paulatinamente, dando um passo de cada vez e sem impor limites para quem importa de maneira diferente. O mercado é livre. Vivemos em economia de mercado ou não, tem que se definir.

E o que pensa sobre a Reserva Estratégica Alimentar?

Como é que eu que importo o mesmo produto vou conseguir

competir? O custo que terei com a importação de dez contentores não é o mesmo que o Estado terá com a importação de um navio. Se calhar estou a sofrer por antecipação, mas é preciso que o Estado torne público como vai fazer a gestão destes produtos que está a importar a grosso. Quem serão os distribuidores destes produtos para garantir que haja equilíbrio no mercado, porque senão o mercado vai acabar por disparar. Começará a haver desvios, como já houve tentativas com o milho. Vai-se tentar desviar para colocar no mercado negro sem os custos de importação. Também tem de se controlar, ao nível da

fronteira, para não haver o desvio destes produtos para os países vizinhos.

Não concorda que a aposta do Governo também resulte do facto de os importadores muitas vezes serem desonestos e os preços aumentarem como consequência?

Alguma coisa tinha de ser feita, o Estado não pode cruzar os braços. A Reserva Estratégica Alimentar é uma dessas medidas. Se havia espaço para alguns importadores agirem de maneira menos honesta é porque não existe uma fiscalização eficaz. Por exemplo, uma das coisas que até já foi diminuindo, e já combati muito, é a questão da aplicação sobre os custos, a caução do contentor. O importador imputava este custo nas suas contas como se fosse mais um custo quando não é, porque depois pode ir à agência marítima e pedir o reembolso da caução. A desonestidade passa também por aí. E depois há um técnico que não entende na conta fechada que aquela rubrica é caução e, por isso, não deve ser considerada custo, logo passa. Daí a importância de se capacitar mais e mais os recursos humanos que lidam directamente com este sector, sejam eles da Polícia Fiscal, da própria AGT, sejam do lado do próprio importador. O Estado é que tem que ver a melhor medida para manter as coisas nos carris, é mesmo capacitando as pessoas. Não posso, por exemplo, estar a falar com um técnico da AGT que confunde os documentos de transporte, está no lugar errado, mas a culpa não é dele, é de quem o colocou lá.

Portanto, o Governo tinha de fazer alguma coisa...

E faz, daí haver uma academia portuária, uma academia voltada mesmo só para a formação das pessoas em termos logísticos.

Mas referia-me à necessidade de o Governo fazer alguma coisa, perante a existência de importadores desonestos...

Mas é uma medida paliativa, tem um prazo. Pode até funcionar, mas nunca a longo prazo porque, em determinado momento, a corda rebenta. O importador já não vai importar e o Estado vai ser o único a importar estes produtos. Se fizer uma programação errada em termos logísticos, o mercado vai res-

Continuação na página 6

Entrevista

Continuação da página 5

sentir a falta de um determinado produto. Já vivemos períodos em que não havia açúcar, não havia farinha porque era só o Estado quem importava.

E acredita na possibilidade de existirem lobbies no sentido de provocarem algum deslize no processo de importação do Governo?

Tentativa de criação de oligopólios e monopólios existem em todo o lado. Angola ou África, de uma maneira geral, é o destino do que muito se produz a nível do primeiro mundo. A partir do momento em que o país tenta ser auto-sustentável, há um ressentimento nas economias dos outros países. É mera especulação, mas o facto é esse: a partir do momento em que o país passa a produzir os outros países ressentem. O que é que vão fazer com a produção excedente que mandavam para Angola?

Mas a reserva, por agora, está a ser feita com produtos importados...

Sim, mas porque se está a estudar uma maneira de estruturar uma cadeia nacional logística. Temos a ARCCLA (Agência Reguladora de Certificação de Carga e Logística de Angola) à frente disso, o organismo que substituiu o Conselho Nacional de Carregadores. É a gestora da cadeia logística a nível nacional para garantir que, em todo o lugar onde haja produção, se saiba exactamente o que é que se está a produzir para depois fazer a distribuição para onde é necessário. Isso exigirá um investimento do Estado principalmente ao nível das estradas. Enquanto não se resolverem estes problemas, não restará uma outra opção ao Governo senão, primeiro, apostar na importação para depois ver da produção nacional, o que é que dá para ser usado na Reservada Estratégica Alimentar. Tem de se começar por algum lado até encontrar o ponto de equilíbrio.

Mas há casos em que não se coloca nenhum desses constrangimentos. Por exemplo, em relação ao sal, há stock duas ou três vezes mais do que a quantidade necessária para a reserva...

É essa questão que temos de ver. As políticas por detrás de cada ideia, às vezes, é que emperram o bom funcionamento das coisas. Antes de fazer a importação de um



determinado produto, tem que se fazer um levantamento nacional da capacidade real para não acontecer o que aconteceu com o sal. Mas depois também temos a questão dos preços praticados pelo produtor interno, comparando com o que vamos buscar fora. Será que não houve tentativa de negociações para

que o preço fosse o mais flexível possível para garantir o manuseamento deste produto que já existe? Não sei, tudo que falar será mera especulação, mas a verdade é que o que deveria acontecer é que, antes de se importar qualquer produto, se deveria fazer primeiro o levantamento nacional.

Como olha o desempenho dos laboratórios na cadeia logística, sobretudo olhando para a alimentação?

Temos um défice porque o Estado rescindiu o contrato com a empresa [a Bromangol] que fazia o trabalho. Ainda que aquela empresa não desse, porque havia reclamação pelos preços que praticava, que se criasse uma outra para fazer exactamente o mesmo trabalho, porque, neste momento, não existe nenhuma empresa a fazer o tipo de análises que a empresa fazia, para garantir qualidade dos produtos que recebemos em termos de importação. E depois, antes, havia a pré-inspeção, que permitia ter um mínimo de segurança em termos de qualidade daquilo que vinha para o país. Este filtro foi tirado, hoje não somos capa-

zes de distinguir a carne de gato da carne de frango porque ninguém faz este controlo. É apenas uma declaração pelo importador que, na verdade, é o exportador lá. É uma situação que deveria exigir uma sensibilidade tal, é um buraco muito grande deixado, não deveria continuar assim. A organização criada, a Aniesa, e as suas similares, só servem para combater os efeitos, mas a origem das coisas? Você não precisa ir ver a data de validade dos produtos, tem que ver primeiro a qualidade dos produtos senão é combater o fogo já no seu final, quando poderia ter uma atitude mais preventiva.

Portanto, o papel da Aniesa... Quem deve fazer a fiscalização é o próprio consumidor. O Estado deve preocupar-se com a quali-

“Antes havia uma separação clara de papéis em que o transitário é transitário, o agente marítimo é agente marítimo e o armador é armador.”

Perfil

Mais de duas décadas de logística

Profissional da Cadeia Logística de Serviços e Suplementos com mais de 20 anos de experiência, Vandre Paquete é formado em Gestão e Administração de Empresas, assumindo-se como especialista em operações de comércio e transporte internacional de mercadorias. Como corrector logístico de mercadorias e serviços, presta assessoria logística à empresa transitária Advanced Maritime Transports (AMT) como Key Account, coordenando as operações logísticas da Sonda Deepwater Skyros que opera nos Blocos 32 e 17 pela empresa TOTAL Angola e pela empresa Oceaneering Angola. Passou por outras empresas desempenhando vários cargos, como são os casos de Conoco Phillips Angola (coordenador de logística na Base Sonils), DHL Global Forwarding (director de frete marítimo e rodoviário/director da Região Sul/ocean freight head), Angobetumes/Trafigura e Schlumberger Technical Services.

dade do que entra. Quem produz, de onde é que está a vir, quem faz e como faz, deveria ser o papel regulador do Estado. Não combater, criando fiscais para ir ver como está a ser comercializado e a que preços. Esse é um combate que não tem fim e que está a sujeito a abrir buracos para mais elementos que facilitam a corrupção porque os agentes, a determinado momento, serão colocados contra a parede pelos importadores menos honestos.

Quando fala do preço da empresa de controlo de qualidade acha que havia margem para negociações? Era possível, a decisão de rescisão foi mais política do que técnica. Se fosse só em termos técnicos, haveria a possibilidade de se chegar a um acordo e depois reestruturar a

empresa de maneira que o importador não fosse lesado como era pelos preços que eram praticados.

Diz que foi uma decisão mais política do que técnica, mas sabe-se que os importadores pressionaram o Governo com supostos argumentos técnicos.

É mesmo isso. Como as pessoas que estavam por detrás da Bromangol, tinham algum peso político do executivo passado, ninguém se opunha aos preços praticados. Mal houve mudança do regime, a primeira coisa que fizeram foi livrarem-se de quem sufocava o mercado e um dos pontos era a questão da Bromangol. Não que o trabalho não fosse necessário, ainda é necessário e muito necessário, é importante.

Os laboratórios da agricultura não cobrem a lacuna?

Não, precisamos de mais.

Recentemente, o Governo lançou um concurso público para a aquisição e posterior financiamento de 500 carrinhas com o objectivo de melhorar a distribuição da produção agrícola. É o caminho?

Não. O Governo tem que deixar o espírito paternalista. Tem que criar condições para o produtor para que este tenha pernas para andar e não ficar à espera da migalha do Governo para poder executar seja o que for. As políticas é que têm que facilitar, os créditos têm de ser facilitados para que tenham acesso e possam andar com os pés próprios. Por isso é que muitas empresas depois acabam por falir porque estão sempre à espera das multas do Governo. Porque é que o Governo tem de importar carrinhas? Para quê? Quem serão os beneficiários? Não é necessário chegar a este ponto. O mercado só precisa que o Estado deixe de ser jogador também. Num país como o nosso, acha que a quantidade de carrinhas chegaria para todos? Não. Quem vai beneficiar? E os outros? Haverá dois pesos e duas medidas. O caminho não é esse. Arranjem as vias. Já existem pessoas que fizeram investimentos em meios rolantes. Quando é que eles vão ter espaço para explorar a sua actividade se o Estado está a dar carrinha aos outros? Eu fiz o meu crédito no banco para criar aquele negócio, como é que fico? É uma cadeia e

a partir do momento que se lesa uma cadeia está a lesar-se quase a cadeia toda. São medidas paliativas. Depois de cinco anos, vamos fazer balanço para ver onde estão estas carrinhas.

Transitários e despachantes queixam-se da suposta concorrência desleal com a entrada de importadores e agências marítimas no negócio. Tem conhecimento?

Antes havia uma separação clara de papéis em que o transitário é transitário, o agente marítimo é agente marítimo e o armador é armador. A partir do momento que os grandes players começaram a entrar no mercado e a influenciar o mercado onde uma única empresa faz tudo, obviamente os pequenos acabam por sofrer. Tem-se um armador que é agente marítimo e que é transitário ao mesmo tempo. Como é que vou competir com alguém que tem navios, contentores e camiões e eu sou apenas um transitário ou só apenas um despachante? Cedo ou tarde, vou ter que me curvar à vontade destes gigantes. Na verdade, o mercado é assim, mas há mesmo um jogo desigual. O Estado, a determinado momento, permitiu que essas grandes linhas armadoras abrissem escritórios aqui e fizessem este triplo papel e, às vezes, até quadruplo papel. O mecanismo apropriado seria regular a actividade, separando as águas, mas não acredito mais que venha acontecer. Considero um pouco tarde porque fere muitos interesses, as grandes empresas fizeram grandes investimentos, mas entendendo a reclamação dos despachantes.

Dizem que até importadores estão a fazer despachos e trabalho de transitário...

Fiscalização. A alfândega permite que existe o despachante oficial e o caixeiro despachante. O caixeiro é um contratado, as empresas podem contratar um caixeiro despachante para correr os despachos. Portanto, é legal e muitos fazem isso.

E temos muitos despachantes que de empresários passaram a ser caixeiros despachantes, devido sobretudo à crise e à redução considerável das importações... É uma questão de sobrevivência. Antes, os despachantes tinham uma palavra a dizer quando o volume das importações era muito

grande, não havia despachantes em número suficiente para atender à procura. Hoje invertiu-se, há demasiados despachantes para tão pouca procura. Hoje há mesmo despachantes a trabalhar dentro das empresas, mas que não é o caixeiro, e o próprio está lá a trabalhar, é um acordo que ele faz porque a profissão do despachante é liberal, ele pode fazer estes acordos desde que não cometa nenhuma irregularidade, mas estão obrigados a fazer por uma questão de sobrevivência senão será obrigado a fechar como muitos fecharam.

Caminhamos para a Zona de Comércio Livre de África, mas parece haver um grande défice, que é a falta de armadores fortes no continente. Será possível tornar dinâmicas estas ligações dependendo das companhias europeias e asiáticas?

Não é possível. Se queremos competir numa zona exclusivamente nossa, temos de apostar no capital nacional. Os armadores nacionais foram postos de lado. Países há em que limitam os grandes armadores. Por exemplo, se chegam a Luanda, já não poderia ir para um outro porto. Se o destino final for Lobito, Namibe ou Soyo, mas veio para Luanda quem transfere daqui para lá é o armador nacional, é o serviço de cabotagem que tem de ser feito e este serviço de cabotagem está a ser muito negligenciado. É um trabalho que poderia gerar muitos empregos. Era possível auto-sustentarem-se na região, fazer movimentos em pequenas escalas. Tinha, no passado, pequenas empresas a fazer este trabalho, ligações África do Sul/Angola, traziam contentores. Estes serviços têm de ser incentivados. Mas há iniciativas privadas, mas como ainda não vieram a público não posso falar. Há empresas, pequenos grupos que vão apostar neste sector e, breve trecho, vai se saber. Felizmente temos uma parte do Executivo que incentiva a criação destes grupos.

Está a dizer que teremos empresas nacionais nos próximos tempos?

Vamos, sim. Se calhar, o que teremos será renovações de licenças que já existiam, mas que pararam de exercer por causa mesmo da competição desigual que havia, em que os grandes armadores chegavam aqui e depois iam distribuir nos portos mais pequenos.

Economia/Política

SONDAGEM DA ANGOBARÓMETRO VOLTA A DAR VITÓRIA À UNITA

Mais de 70% acredita na alternância política e quer Adalberto Costa Júnior na liderança

SONDAGEM. Novo estudo da empresa Angobarómetro revela que mais de 94% dos angolanos mostra-se com vontade de votar nas eleições. Estudo conclui que o MPLA continua a cair na preferência dos eleitores. UNITA, pelo contrário, conquista novos eleitores.



MEMORIZE

● A AngoBarómetro foi lançada em Janeiro deste ano por Lukonde Luansi e Orlando Ferraz, dois especialistas angolanos formados em Ciências Sociais e Políticas na Alemanha.



Por Isabel Dinis

Mais de 70% dos eleitores acredita que haverá uma alternância política, através da via democrática em Angola, nas próximas eleições.

As conclusões constam do mais recente estudo da empresa

angolana de sondagens Angobarómetro. A pesquisa foi realizada no período de 29 de Janeiro a 7 de Fevereiro de 2022 e contou com a participação de 4.189 pessoas.

O estudo apurou que 70,69% dos 4.189 participantes acreditam numa “mudança política” nas próximas eleições de Agosto, contra os 20% que se mostra pessimista, enquanto os indecisos atingem os 9,31%.

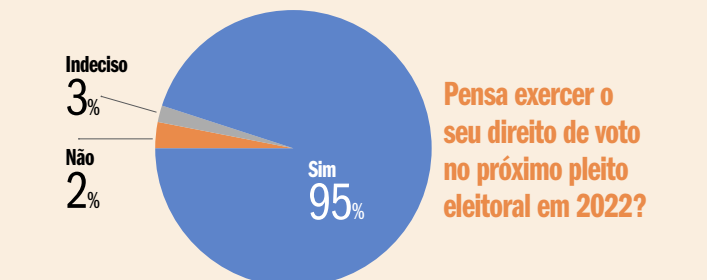
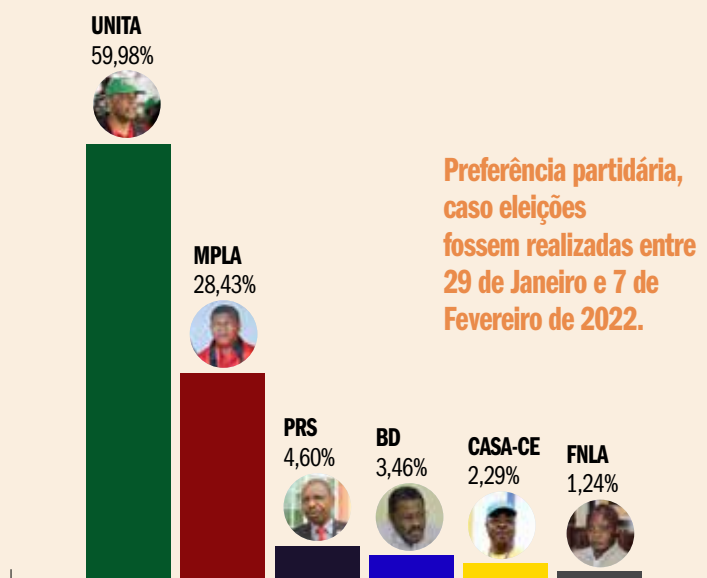
“Comparando com os resultados obtidos nos últimos inquê-

ritos realizados em Agosto e Dezembro de 2021, registou-se a mesma tendência flutuante na medida em que os valores obtidos na actual sondagem aproximam-se dos resultados apurados em Agosto de 2021 (73,04%), após ter registado uma significativa redução na ordem dos 23% em Novembro do ano passado”, lê-se no relatório.

No mesmo estudo, foi possível apurar que embora os inquiridos acreditem numa alternância, pela via democrática,

63,88% dos “receia” que as eleições não venham a ser “livres, justas e transparentes”. Apenas 15,97% tem uma opinião “positiva” e 20,15 ainda está indecisa. “O facto de a maioria dos eleitores ter percepção negativa sobre o desfecho das próximas eleições, demonstra a falta de confiança nos órgãos de apoio às eleições, pondo em causa a legitimidade que poderá, por conseguinte, enfraquecer ainda mais as instituições do país”, conclui o relatório.

Além do MPLA, a coligação CASA-CE, que se separou do Bloco Democrático, também viu a sua quota de "confiança reduzida".



da República, João Lourenço, que obtém apenas 26,63%.

Abel Chivukuvuku, antigo líder da coligação CASA-CE, é o terceiro classificado, mesmo não tendo ainda uma formação partidária. O ex-dirigente da Unita consegue 9,35% dos votos expressos. Benedito Daniel, do PRS, fica na quarta posição com 3,10%, Filomeno Vieira Lopes, presidente do Bloco Democrático, recebe 2,93%, Manuel Fernandes, da CASA-CE, 1,17% e Nimi-a-Simbi, da FNLA, é 'atirado' para o último lugar com 0,75%.

DERROTAS NADA FACILITADAS

Caso o MPLA seja derrotado nas eleições, 74% não acredita que o partido aceite os resultados. Estes inquiridos indicam que o MPLA se acomodou no poder e que dificilmente rever-se-ia como partido da oposição.

Por outro lado, apenas 15,21% acredita que o MPLA aceitaria o veredicto popular por ter "maturidade" política "suficiente" que lhe permite respeitar as regras do jogo democrático, enquanto, 10,79% declara-se indeciso.

Já em relação à UNITA, 40,82% acredita que o partido, em caso de derrota, aceitaria o veredicto popular para garantir a "paz e a estabilidade política", tendo em conta a sua alegada "maturidade política" que lhe permite respeitar as regras do jogo democrático". Já 43,54% pensa de maneira diferente. Estes inquiridos acreditam que o maior partido na oposição sentir-se-á "injustiçado" e "defraudado" pelo sistema eleitoral. 15,64% demonstra-se indeciso sobre o assunto.

'SEDE' PARA VOTAR

O Angobarómetro apurou que a esmagadora maioria dos inquiridos tem 'sede' para participar nas próximas eleições. 94,62% quer votar. 2,08% não pensa exercer esse direito, enquanto 3,31% declara-se ainda indeciso.

42,97% já fez a actualização do registo eleitoral. 57,03% ainda não. Mais de 80% deste número tem vontade de actualizar o registo.

Esta pesquisa da empresa Angobarómetro foi realizada, via online, e teve a participação de 4.189 inquiridos. A maioria dos participantes são do sexo masculino.

MPLA COM TENDÊNCIA NEGATIVA

Caso as eleições tivessem ocorrido no final de Janeiro e início de Fevereiro (a sondagem decorreu de 29 de Janeiro a 7 de Fevereiro de 2022), o partido que governa o país poderia sair derrotado. Do universo representativo de 4.189 inquiridos pela Angobarómetro, apenas 28,43% renovaria a sua confiança no MPLA. Mais de 59,98% atribuiria o seu voto à UNITA. 4,60% escolheria o PRS, 3,46% votaria no Bloco Demo-

crático. A CASA-CE atingiria 2,29% e a histórica FNLA conseguiria apenas 1,24%.

Comparando com os resultados de um inquérito similar, realizado em Fevereiro de 2021 pela mesma empresa, é possível verificar que a UNITA continua a ganhar terreno junto do eleitorado e a "beneficiar do voto de protesto". O maior partido da oposição passou de 50,59%, em Fevereiro de 2021 para os actuais 59,98%, ultrapassando o MPLA em 31 pontos percentuais.

Além do MPLA, a coligação CASA-CE, que se separou do Bloco Democrático, também viu a sua quota de "confiança reduzida". A coligação conseguiu no inquérito apenas 2,29% contra os 6,47% de Fevereiro do ano passado. Já o Bloco Democrático é creditado com 3,46%. O PRS conseguiu subir um ponto percentual e a FNLA perdeu 0,5%.

"O MPLA tem sido penalizado pelo desgaste de longa governação por um lado e por outro devido à difícil situação

social e económica, apesar de todas as suas iniciativas sociais", lê-se no relatório.

LÍDER DA UNITA CONTINUA A SER PREFERIDO

O presidente da Unita continua a ser o líder que capta mais simpatias junto dos inquiridos para a condução do país. Adalberto Costa Júnior recebe 56,07% das intenções de voto. Esta classificação significa quase 30 pontos percentuais a mais, face ao segundo classificado, o actual Presidente

Economia/Política

PLANO APONTA EMISSÃO PARA O 1º TRIMESTRE

Governo espera arrecadar 3,4 mil milhões USD com eurobonds

ENDIVIDAMENTO. Depois do recuo de 2020, Governo programa emissão de títulos eurobonds para o primeiro trimestre do ano. No passado, com o petróleo na casa dos 30 dólares, analistas apontavam taxas de juro de dois dígitos.

encargos orçamentais no exercício económico de 2020.

No entanto, seguiram-se interrogações sobre a oportunidade da emissão devido à situação económica do país. Em declarações a este jornal, o economista Alves da Rocha estimou, na altura, que a taxa de juro nunca seria inferior a 14% e ou a 15%. “O preço do petróleo está nos 30 e 31 dólares e, na melhor das hipóteses, até 2021, poderá chegar aos 50 ou 55 dólares. Portanto, quem subscrever esta emissão de eurobonds terá de o fazer através de uma taxa de juro de entre 14 e 15% o que vai implicar, evidentemente, um peso do serviço da dívida quer nas despesas fiscais, quer nas despesas correntes”, argumentou.

Por sua vez, sem estimar a taxa para a futura emissão, o analista Flávio Inocêncio considerou que era “o pior momento para emitir dívidas”, acrescentando que existia “um risco grande de aumento das taxas de juro nessa nova emissão de eurobonds e poderia não haver tanta procura”.

Angola estreou-se na emissão de eurobonds, em Novembro de 2015, ano em que conseguiu cerca de 1,5 mil milhões de dólares. Em Abril de 2018, emitiu 3,5 mil milhões e, em Novembro de 2019, novamente 3 mil milhões de dólares.

Além do endividamento por via da emissão de eurobonds, o Plano de Endividamento prevê ainda arrecadar o equivalente a 2,039.25 biliões de kwanzas no mercado externo, onde o Governo espera conseguir, no total, cerca de 5,98 mil milhões de dólares. No global, em 2022, o Governo espera endividar-se em cerca de 10,74 mil milhões de dólares, 4,76 mil milhões dos quais no mercado interno.



Por César Silveira

O Governo espera angariar o equivalente a mais de 1,794 biliões de kwanzas (cerca de 3,4 mil milhões de dólares), este ano, com os eurobonds, estando a emissão prevista para o primeiro trimestre, de acordo com o Plano Anual de Endividamento.

O plano prevê captar cerca de 3.833,47 biliões de kwanzas no mercado externo, fixando em cerca de 47% a participação do eurobonds. O regresso de Angola ao mercado

de títulos internacionais já tinha sido anunciado pela ministra da Finanças, Vera Daves, em Novembro do ano passado.

Na altura, o *Valor Económico* convidou alguns economistas a estimarem a taxa de juro que Angola conseguiria negociar, caso avançasse com a emissão, e as projecções colocaram-se nos dois dígitos. Assim previu, por exemplo, o economista Precioso Domingos que, apesar de reconhecer uma “situação económica favorável para o empréstimo”, assumiu “alguma dívida”, quanto à possibilidade de Angola financiar-se com juros abaixo dos dois dígitos. “Não obstante a actual conjuntura, a taxa pode vir a resultar em pelo menos

PERCURSO DA EMISSÃO DE EUROBONDS			
Ano	valor	Maturidade	Taxa juro
2015	1,5 mil milhões	10 anos	9,5%
2017	3 mil milhões (duas parcelas)		
	1. ^a (1,75 mil milhões)	10 anos	8,25%
	2. ^a (1,25 mil milhões)	30 anos	9,375%
2018	3 mil milhões (duas parcelas)		
	1. ^a (1,75 mil milhões)	10 anos	8,00%
	2. ^a (1,25 mil milhões)	30 anos	9,125%

10% e, se assim for, não é tão bom para a gestão da dívida porque não é bom que se pague a dívida já vencida recorrendo a financiamentos cujas taxas de juros são superiores à taxa de juro pela qual nos financiámos, aquando da solicitação daquela dívida”, argumentou.

A concretizar-se a emissão, será a quarta de Angola, depois do recuo de 2020, ano em que o Governo esperava buscar até 3 mil milhões de dólares, segundo autorização do Presidente da República. Na ocasião, João Lourenço justificou a decisão com a necessidade da cobertura dos

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA aprovou a privatização, por via de concurso público, da participação social de 20% que o Estado detém indirectamente na Mota Engil Angola, S.A., por via da Sonangol Holdings.



Bráulio Martins,
presidente da
CCIA-EAU

HÁ TAMBÉM PREOCUPAÇÕES COM OS PRECONCEITOS

Falta de transparência pode atrapalhar investimento árabe

DIPLOMACIA ECONÓMICA. Presidente da Câmara de Comércio e Indústria Angola-Emirados Árabes Unidos defende que Angola precisa de acelerar a implementação dos acordos de protecção de investimentos, se pretende fidelizar os investidores dos Emirados Árabes Unidos.

A falta de transparência nas leis do investimento privado a protecção de investimentos e as dificuldades no repatriamento de capitais são aspectos que “podem influenciar negativamente” a incursão dos árabes em Angola e no continente africano em geral.

A afirmação é do presidente da Câmara de Comércio e Indústria Angola-Emirados Árabes Unidos (CCIA-EAU), Bráulio Sanda Mohamed Martins, para quem a “discriminação islâmica” é também um dos factores de inibição da entrada desses investidores que “têm muito dinheiro, mas precisam de seriedade no negócio com os parceiros”.

No caso de Angola, Bráulio Martins aponta “alguns avanços”, mas nota que “é preciso acelerar”, já que persistem “algumas lacunas” no que se refere à implementação dos acordos de protecção de investimentos e à lei cambial.

Apesar desses constrangimentos, o presidente da CCIA-EAU explica que a câmara que dirige conseguiu convencer a sua congénere dos Emi-

rados, no sentido de trazer para Angola investidores que cá estarão em Junho próximo para identificar, com parceiros locais, oportunidades de negócios em diferentes sectores com destaque para a agricultura e montagem de equipamentos agrícolas. Segundo Bráulio Martins, é a primeira vez que a Dubai Chamber enceta uma incursão desta envergadura em África, o que “traduz a seriedade como os árabes encaram os processos de abertura e transparência nos negócios”.

Destacando que a Dubai Chamber “nunca esteve presente em África”, Bráulio Martins enfatiza a aceitação desta maior câmara do mundo criada em 1965 e que congrega mais de 300 mil membros. “Fizemos uma demonstração a indicar que Angola não é só petróleo ou diamantes, mas um enorme potencial a explorar”, referiu.

Não se sabe de concreto quantas empresas árabes estarão no fórum de Luanda, em Junho, mas Bráulio Martins nota que a vontade dos árabes de estabelecerem parcerias com os angolanos vem sendo manifestada desde Outubro do ano passado por altura da sexta edição do Glo-

bal Business Forum Africa (GBF) 2021 no Dubai, onde foi assinado o memorando de entendimento entre Angola e os Emirados Árabes Unidos, para a partilha de conhecimento e cooperação.

Em sentido inverso, a câmara estará presente em Março na AIM, maior bolsa de negócios do mundo, no Dubai, com 50 empresas, podendo esse número aumentar em função da adesão de representantes provinciais.

GBF EM NÚMEROS

A sexta edição do GBF África, realizada em Outubro transacto, é o primeiro de três fóruns globais de negócios organizados pela Dubai Chamber em parceria com a Expo 2020 Dubai. Durante as últimas cinco edições, o fórum reuniu mais de seis mil participantes, 22 presidentes africanos e 120 ministros africanos, que realizaram mais de 1.150 reuniões bilaterais de investimento. Angola esteve presente com algumas empresas, como a Endiama, a seguradora Sanlam e os bancos BIC e BAI.

Por Júlio Gomes

Todas as terças-feiras Angola tem mais...

PAÍS VIZINHO RECLAMA RECURSOS DA ZONA CONJUNTA
RD Congo exige indemnização de 500 milhões USD a Angola

A AUTORIZAÇÃO unilateral da Sonangol à Chevron para a exploração de petróleo na Zona de Interesse Comum está na base do conflito que já levou o presidente Joseph Kabila a 'varrer' do seu governo figuras favoráveis a Angola. Pág. 14

PETROLEO
Potencial do onshore ignorado

Com os custos de produção de petróleo a rondarem os 35 dólares por barril, especialistas apontam para a exploração onshore, que tem custos de produção mais baixos e promove a criação de emprego. A produção onshore em Angola marginal, abaixo dos 3%, com tendência a tendência mundial 67% de todo o petróleo no mercado internacional é explorado onshore. Págs. 4-9

EM CAUSA A CRISE DE DIVISAS
Brasileiros querem conversão monetária entre real e kwanza

A Associação de Empresas Brasileiras em Angola (ABERAN) é o autor de uma proposta que deve ser submetida ao governo brasileiro no âmbito de acções com as autoridades angolanas, para que o real seja aceite em Angola e o kwanza no Brasil. Pág. 16

Luanda com seis novas centrais eléctricas

Empresa de Produção de Electricidade - PRODEL - adquiriu seis centrais da norte-americana General Electric, no valor de 300 milhões de dólares, que deverão abastecer mais de 600 mil residências em Luanda. Pág. 18

CATIVACÃO DE DESPESAS MANTÉM PREVISÕES ECONÓMICAS
Governo descarta revisão imediata do OGE

A entrada do segundo trimestre, o valor do barril do petróleo mantém-se abaixo do preço fiscal inserido no Orçamento Geral do Estado, mas fontes oficiais evitam que o Governo não admita, para já, a revisão do documento. Os cortes nas despesas de investimento não prioritarão as suas das explicações para a indisponibilidade do Governo em alterar as referências do OGE deste ano. Pág. 10-11

Moedas: **USD** 150,9 x2 (+0,3) **EUR** 181,02 x2 (+0,7) **LIBRA** 225,7 x2 (+0,3) **YUAN** 22,7 x2 (+0,1) **RAND** 10,5 x2 (+0,1)

Descarregue a App

Assinaturas:
assinaturas@gem.co.ao
comercial@gem.co.ao



GEM ANGOLA GLOBAL MEDIA, LDA

Contactos comerciais: 941 784 791 - 941 784 792

Rua Fernão Mendes Pinto, nº 35, Alvalade, Luanda - Angola

Mercados & Negócios

JÁ EXPORTA PARA A RDC, GANA E TÂNZANIA

Marca angolana investe 1.750 milhões USD na produção de motorizadas

INDÚSTRIA. Contexto económico obrigou a marca angolana Pegado Motors a trocar produção de automóvel por motorizadas de passageiros num investimento de 1.750 milhões de dólares. Director-geral do grupo empresarial 'caça' financiamento para criação de linha de montagem de forma a exportar a outros países a partir de Angola.



Por Guilherme Francisco

Passados sete anos desde o anúncio do arranque da produção, o grupo empresarial BVP, detentor da marca Pegado Motors, começou finalmente a produzir motorizadas de 250 metros cúbicos, de marca Baza Baza, destinadas ao serviço de táxi e transporte de turistas.

O atraso da concretização do projecto é justificado pelo director-geral do grupo, Bruno Pegado, com a falta de financiamento, mas, neste ano de arranque, já estão previstas

500 unidades num investimento de 1,750 milhões de dólares, 380 mil dos quais já aplicados.

Com os componentes a serem produzidos na China, Tailândia e Indonésia, o grupo tenciona inverter o quadro de modo a reduzir os custos de produção fixados em 3,5 mil dólares por unidade. A intenção está, entretanto, condicionada a concretização de um investimento de pelo menos 2 milhões de dólares para implantação da linha de montagem automatizada no Cuanza Sul. “A nossa intenção não é viver de importação, é criar visibilidade a outros empreendedores que podem ter-nos como um ponto de venda. Nós trabalhamos com ferro, borracha, vidro, estufa, uma série de

componentes para montar os nossos Baza Baza. Temos muito ferro no país, podem trabalhar o ferro com as especificações técnicas dos nossos chassis, nós vamos comprar. É deste modo que abrimos caminho para a industrialização do país”, refere o empresário.

A marca começou a vender para os mercados da República Democrática do Congo, Tanzânia e Gana. As vendas com a RDC, onde segue nos próximos dias outro contrato de 200 motorizadas, renderam 420 mil dólares, valores que, segundo Pegado, não constituíram ganhos por conta do pagamento da dívida com os fornecedores e custos na reexportação a partir de Angola. Têm a solicitação também de uma empresa

do Algarve, Portugal, que pretende usar para o transporte de turistas.

“Fazemos a importação para Angola depois a reexportação, ficamos muito caro. Se a zona franca funcionasse, facilitava. Fica mais em conta fazer produção na China e exportar directamente para o cliente. O que acaba por acontecer é que estas divisas não entram para Angola, é isso que procuramos evitar”, explica.

Além de comercializar a 3,9 milhões de kwanzas cada motorizada, a empresa criou uma plataforma de gestão de táxi, na qual os interessados podem investir 3,5 milhões para um Baza Baza fazer o serviço do táxi e, em um ano, receber o dobro do valor, recebendo 550 mil mensais. Com a iniciativa prevê empregar 700 empregos.

MERCADO NÃO É VIÁVEL PARA VIATURAS

Bruno Pegado garante ter pago na totalidade a dívida que a empresa tinha com os clientes que compraram as viaturas antecipadamente. E explica que a desvalorização da moeda contribuiu para o fracasso da produção das primeiras viaturas para o mercado angolano. “Foi uma fatalidade, quando comercializamos o câmbio era de 16, quando o banco deu luz verde para provisionar a conta para a factura ser liquidada o câmbio já estava 40 e poucos”, conta.

MUDANÇAS

Grupo Newaco vira-se para a produção nacional

O grupo Newaco, que opera na distribuição de congelados e frescos importados, virou-se para a produção nacional, face à “crescente necessidade” do mercado e das suas lojas a retalho, além dos custos de importação que se elevaram com a subida dos preços dos fretes e a desvalorização da moeda.

Hélder Inácio, director das operações da Fresmart, marca do grupo, explica que a empresa já deu início ao cultivo de banana e projecta agora a implantação de duas fábricas de processamento de conserva e de frango.

Embora reconheça que a produção local implica também a importação de matéria-prima, Inácio explica que a viragem para a produção local representa “um passo que vai demorar tempo”. E acrescenta que a importação só ocorre porque, muitas vezes, não há solução de fornecimento suficiente no mercado nacional.

Por exemplo, um dos produtos de maior consumo das lojas Fresmart é a coxa de frango, em relação à qual não há capacidade suficiente no mercado interno, face à procura.

Cálculos da empresa indicam que o investimento na produção local reduzirá as mais de 25 mil toneladas de congelados importados que fazem distribuição nas 52 instalações espalhadas pelo país, numa operação logística de 10 a 12 mil contentores.

Este ano, o grupo empresarial prossegue a aposta no mercado retalhista, estando em agenda a reconversão das restantes lojas de outras duas marcas em Fresmart. Prevê ainda investir mais de 1.000 milhões de kz em 14 lojas.

A SONANGOL garante haver capacidade para abastecer ininterruptamente o país, por trinta dias, perante a escassez de gás que se verifica nos últimos dias.



LIMPEZA DE LUANDA

Elisal afirma-se capacitada para o novo modelo

SANEAMENTO. Gestão e contratação de operadoras de limpeza e recolha de resíduos sólidos passam para a alçada das administrações municipais. Governo de Luanda anuncia que os populares voltam a pagar pela taxa do lixo.

Por Mateus Mateus

A empresa de saneamento urbano de Luanda Elisal garante meios e capacidade para atender quatro ou mais municípios, no âmbito do novo modelo de limpeza de Luanda que passa a responsabilidade de contratação das empresas às administrações locais.

Estando já operar nos municípios de Luanda, Cazenga, Belas e Cacucaco, como resultado do

novo concurso público lançado pelo governo de Luanda e que implicou a rescisão dos contratos com algumas empresas por incapacidade técnica, Nelson Pascoal, porta-voz da Elisal, detalha que a empresa tem uma capacidade superior de resposta.

Enquanto isso, a implementação do novo modelo de recolha de lixo está prevista para Abril e o mesmo traz de volta um assunto polémico no cenário do saneamento, no caso, o pagamento da taxa de lixo. A efectivação da taxa fracassou na primeira tentativa em 2016, quando o governo da província tentou atribuir às administra-

ções municipais a responsabilidade de emitir as facturas. Só em 2017 a Ende conseguiu emitir por algum tempo as facturas, mas depois descontinuou sem justificação prévia.

A taxa do lixo está prevista no Decreto Presidencial n.º 107/16, de 20 de Maio, que aprova o Regime Jurídico da Taxa dos Serviços de Limpeza, para financiar os serviços de recolha e tratamento de resíduos sólidos pelas administrações municipais ou entidades equiparadas. O diploma atribui também a responsabilidade da cobrança à Ende, determinando que o valor seja anexado à factura da energia eléctrica.

HÁ MAIS DE 10 ANOS

Crise pendura fábrica de alumínio da Trirumo

Uma fábrica de extrusão de alumínio, do grupo empresarial Trirumo, está encalhada há mais de 10 anos, depois de um recuo forçado pela crise que se arrasta desde 2014.

Mário Rui de Lima Amaro, sócio-gerente, explica que a implementação do projecto não está “estritamente” condicionada à disponibilidade financeira, mas às necessidades do mercado. “Apesar de o país ter carência de diversos projectos, haver necessidade de construir habitações e diversos edifícios, infelizmente a implantação de uma fábrica pode não ter neste momento a demanda suficiente, em termos, de obras”, reforça.

Com o espaço da futura fábrica já garantido no Pólo de Desenvolvimento Industrial de Viana (PDIV), Amaro insiste que implantar o empreendimento fabril nesta fase é “praticamente matar um projecto à nascença”.

A expansão a nível nacional, em termos de armazéns de venda, também se encontra afectada pela crise. O foco mantém-se na capital, onde se encontra a fábrica de lacagem e anodização de perfis e chapas de alumínio. Mas a queda de clientes leva a empresa a trabalhar apenas a 40% da capacidade instalada, com apenas um turno, nas duas fábricas.



BANCA

BNA lança Processo de Análise e Avaliação no sector

O Banco Nacional de Angola lançou o Processo de Análise e Avaliação pelo Supervisor (SREP), que consiste em procedimentos a serem conduzidos anualmente para assegurar que cada instituição financeira bancária disponha de estratégias, processos internos, capital e liquidez adequados aos riscos a que esteja exposta.

As novas exigências incluem a análise obrigatória sobre questões relacionadas com reclamações de clientes, riscos associados à segurança cibernética, risco ambiental, social e de governo e com a prevenção de branqueamento de capital.

O objectivo, de acordo com o regulador, é o reforço da robustez e adequação do sistema financeiro às boas práticas internacionais. Foram seleccionados 17 bancos para análise completa e oito para o SREP simplificado, cujos resultados finais apurados serão divulgados no primeiro semestre deste ano, culminando com a emissão da carta SREP às instituições.

DE JURE

INCIDENTES DE CAFUNFO, LUNDA-NORTE

Julgamento volta a ser adiado

AUDIÇÃO. Advogado diz que julgamento já tinha sido adiado, por uma semana, não se realiza por "o Ministério Público não estar preparado para apresentar as alegações". Procurador precisou de se ausentar.



uma vez que houve já dois adiamentos à volta deste processo.

"E mais, nós não somos residentes aqui no Dundo, somos oriundos de Luanda, viemos apenas para esse julgamento e como tal, penso que tudo se fará para que quarta-feira próxima se realize o julgamento", frisou.

Quando foi adiado o julgamento, na semana passada, estavam previstas as alegações finais, mas a sessão foi adiada para esta segunda-feira (ontem, portanto) devido à necessidade de o procurador se ausentar.

Depois das alegações, segue-se a fase dos quesitos, que antecede o acórdão.

O líder do MPPLT, José Mateus Zeca Mutchima, responsabilizado pelos incidentes em Cafunfo, que causaram mortos e feridos, a 30 de Janeiro de 2021, está detido pelo Serviço de Investigação Criminal, desde 8 de Fevereiro do ano passado, indiciado pelos crimes de "associação de malfeitores e rebelião armada".

Segundo a Polícia, cerca de 300 pessoas ligadas ao MPPLT, que há anos defende autonomia daquela região rica em recursos minerais, tentaram invadir, na madrugada de 30 de Janeiro de 2021, uma esquadra policial de Cafunfo, e em defesa as forças de ordem e segurança atingiram mortalmente seis pessoas.

A versão policial é contrariada pelos dirigentes do MPPLT, partidos políticos na oposição e sociedade civil local que falam em mais de uma dezena de mortos.

Zeca Mutchima é apontado pelas autoridades como cabecilha deste alegado "acto de rebelião", que para os cidadãos locais era uma "manifestação pacífica".

O Ministério Público (MP) acusou, em despacho, Zeca Mutchima e 25 manifestantes, da prática dos crimes de ultraje ao Estado e símbolos e associação de malfeitores.

O despacho do Ministério Público refere que os co-arguidos e outros, num total de 400 pessoas, pertencentes ao denominado MPPLT, munidos de armas de fogo, do tipo AKM, caçadeiras, flechas, ferros, paus, instrumentos cortantes, engenhos explosivos de fabrico artesanal, forquilhas (fisgas), pequenos machados, catanas e artefactos de superstição se deslocaram às instalações onde funciona a esquadra policial de Cafunfo, com o objetivo de a ocupar.

Por Redacção

na segunda-feira pelo advogado de defesa.

Segundo Salvador Freire, o julgamento que já tinha sido adiado, por uma semana, não se realizará porque "o Ministério Público não está preparado para apresentar as alegações".

O advogado disse, à Lusa, que, na ocasião, apresentou uma questão relacionada com dois dos arguidos falecidos, que se encontravam detidos na comarca da Catanda e que até hoje não foram enterrados.

"Há um sofrimento por parte dos familiares, que esperam que os seus entes sejam enterrados. Nisto, o tribunal vai fazer todas as diligências necessárias no sentido de se fazer um funeral condigno desses co-arguidos, que morreram na cadeia de Catanda", disse a defesa.

Um dos falecidos, disse o causídico, morreu há mais de 30 dias e o segundo há cerca de 50 dias.

O advogado disse esperar que o julgamento se venha efectivamente a realizar na próxima quarta-feira,

MEMORIZE

● O líder do MPPLT, José Mateus Zeca Mutchima, responsabilizado pelos incidentes em Cafunfo, que causaram mortos e feridos, a 30 de Janeiro de 2021, está detido pelo Serviço de Investigação Criminal, desde 8 de Fevereiro do ano passado.

O julgamento dos 25 arguidos alegadamente envolvidos nos incidentes em Cafunfo, Lunda-Norte, incluindo o líder do Movimento do Protetorado Português Lunda Tchokwe (MPPLT), voltou a adiar para amanhã, quarta-feira (16). A informação foi avançada



OS NÚMEROS DO DIA DOS NAMORADOS

Como o mundo se preparou para o São Valentim

COMEMORAÇÃO. Vinhos, flores, chocolates e jantares românticos estiveram entre as grandes preferências e planos para o dia de São Valentim, comemorado esta segunda-feira, 14, segundo uma pesquisa de uma das maiores empresas de inteligência de mercados.

Por Redação

E estudo da IPSOS (terceira maior empresa de pesquisa e de inteligência de mercado do mundo), concluiu, na véspera do Dia dos Namorados, que mais da metade dos adultos, consultados em 28 países, tinha preparado algo para comemorar a data. Os Estados Unidos são o país com a maior taxa, 75% dos adultos, seguindo-se a África do Sul (74%), único africano consultado. Na terceira posição aparece o Peru, com 69% dos adultos auscultados.

A Holanda, a Coreia do Sul e a Alemanha apareciam na cauda com 32%, 33% e 34%, respectivamente.

Em relação à forma de comemorar, 41% dos adultos consultados programaram um jantar romântico em casa, 35% uma noite romântica em restaurante, cinema, teatro ou outro tipo de evento) e 33% para a amor. A África do Sul lidera a lista dos países onde os inquiridos tencionavam comemorar a fazer amor com (54%), seguindo-se a Argentina (46%), México (45%), Colômbia e Estados Unidos (ambos com 43%), Brasil (42%) e França (40%).

Por sua vez, os adultos mais jovens são os que mais programaram festejar em momentos íntimos, 41% dos menores de 35 anos versus 24% e 29%, das pes-

41%

Dos adultos consultados programaram um jantar romântico em casa, 35% uma noite romântica em restaurante.

soas entre 50 e 74 anos. Os homens lideraram a lista das intenções com 36% versus 30% das mulheres

Por sua vez, a Rússia liderou o estudo de onde tencionavam comemorar com um jantar romântico em casa com 55%, seguindo-se o Canadá com 54%.

Os pesquisadores acreditam que as baixas temperaturas correm para a referida opção.

Entre os países onde os casais

são mais propensos a sair para comemorar, o Peru e a Colômbia (ambos 47%) destacaram-se. Depois surgem Argentina e a África do Sul, ambos 45% dos consultados. A temperatura também foi apontada como influenciadora. “Estão todos no hemisfério sul, onde o Dia dos Namorados cai no meio do verão”, lê-se no estudo.

CHOCOLATE LIDERA ENTRE OS PRESENTES

Os chocolate e/ou doces lideraram a lista de presentes mais cobiçados, seguindo-se as flores com 34% e 28%. Depois surgem os perfumes (20%), vinho e licor (16%), acessórios de moda ou bijuterias (16%) e lingerie ou acessórios eróticos (11%).

Em termos geográficos, a Índia

aparece na liderança de onde as flores lideram entre os presentes, seguindo-se a Suécia (38%), Holanda e Turquia (ambos 37%) e China (34%), enquanto perfume é a principal opção na Arábia Saudita (32%), Índia (29%), África do Sul (28%) e no Brasil (27%).

Os homens lideram a lista dos que mais oferecem todos os itens comparativamente às mulheres: flores (42% versus 15%), perfumes (22% versus 17%) doces (34% versus 33%). O empate (17% versus 17%) surge na opção de enviar mensagens de texto ou mensagens especiais.

Entre os que não comemoram o dia, grande parte dos inquiridos (47%) considera tratar-se de um evento muito comercial ou de marketing, enquanto 37% apresentam razões culturais.

(In)formalizando

ADRA QUER REVISÃO DAS POLÍTICAS DE ACESSO

Falta de meios trava crescimento de agricultores



nos agricultores se disponibilizam a pagar.

Mariana Moita defende que se deve facilitar o acesso ao programa governamental de entrega de meios que, como entende, “beneficia um grupo restrito de ex-militares”. Até agora, somente 10 cooperativas beneficiam dos meios, números considerados insignificantes diante das necessidades.

“O que temos estado a discutir é a facilidade nos processos de adesão às políticas. As exigências, em muitos casos, limitam a adesão porque, muitas vezes, a burocracia acaba por dificultar a aquisição de documentos por parte dos grupos”, assinala, acrescentando que o apoio do Prodesi e do Fada não tem sido suficiente para o aumento da produção.

Enquanto isso, os preços das sementes reduziram parcialmente, saindo dos 1.300 e 1.350 para os 950 kwanzas, no caso, o quilo de feijão e de amendoim. Já o de milho está a ser comercializado a 250 kwanzas e o de batata rena a mil kwanzas. Os agricultores asseguram que, para já, as chuvas irregulares não atrapalham a época agrícola.

Empreendedores do ramo da agricultura, em Malanje, encontram dificuldades para aumentar a produção e, conseqüentemente, a

renda, face à ausência de meios mecanizados e à burocracia no acesso aos poucos disponíveis.

Mariana Moita, directora provincial da Acção para o Desenvolvimento Rural e Ambiente (Adra), refere que essa é das principais preocupações

da sua instituição em Malanje e que limitam o alargamento das áreas dos pequenos agricultores já que, mesmo com disponibilidade financeira, têm de optar pela preparação manual.

“Existem municípios, por exemplo, como o Quela, em que

há apenas um proprietário de uma máquina que nada serve para responder à demanda das famílias”, exemplifica.

O preço de aluguer dos tractores é considerado “alto”, variando entre os 80 e os 90 mil kwanzas, ainda assim, os peque-

SÓ PARA EMPREENDEDORES CADASTRADOS

FAJE põe em marcha incubadora

O Fórum Angolano de Jovens Empreendedores (Faje) abriu a sua primeira incubadora num espaço de 30 mil metros quadrados, cedido pela direcção da Zona Económica Especial Luanda (ZEE) no quadro da parceria firmada entre as duas instituições.

A incubadora servirá para

impulsionar e fazer escalar startups inseridas em diferentes sectores. Os empreendedores iniciantes a beneficiarem dos serviços da incubadora, refere Paulo Narciso, presidente do Faje, serão somente membros da organização que tenham as quotas em dia e aqueles que ingressarem nas futuras campanhas.

Noutras zonas do país, o Faje projecta também a abertura de infra-estruturas de apoio aos empreendedores iniciantes. Para Paulo Narciso, a parceria com a ZEE vai massificar o programa ‘Bolsa de Oportunidades’, que visa facilitar oportunidade de emprego.



Paulo Narciso, presidente do Faje



VDS

VALENTINE'S DIAMOND SHOW

19.FEV.2022

DAS 18h30 ÀS 22h | HOTEL DIAMANTE

JANTAR DE GALA

DESFILE DE JÓIAS COM DIAMANTES | SHOW INTIMISTA

Produtos Pedra Rubra

Colecção de roupas by Nadir Tati

com

Selda

KEYNOTE SPEAKERS

Dr. Jânio Corrêa Victor

Secretário de Estado

Para Recursos Minerais

Jozef Smets

Embaixador do Reino

da Bélgica em Angola

PROMOVIDO POR



PARCEIROS



MEDIA PARTNERS



FAÇA JÁ A SUA INSCRIÇÃO

LIGA AGORA: 936 727 137 | 943 892 207

Opiniões



Democracia, crescimento económico e desenvolvimento social



Alves da Rocha,
economista

Tal como entre aberturas das economias e aumento do produto interno bruto é vulgar estabelecer-se uma relação de conectividade/reforço mútuo, mesmo passível de econometrização (tentando-se torná-la universal), igualmente determinadas correntes doutrinárias passaram a apresentar estudos e algumas evidências empíricas sobre o reforço do crescimento económico para além dos

factores produtivos e da sua combinação nos processos de produção, quando a democracia aparece como uma prática política transparente e recorrente. Ou seja, quanto mais democracia, maiores serão os impulsos no crescimento económico e mais significativas as melhorias nos padrões de desenvolvimento social.

Enquanto a abertura das economias pode ser representada por indicadores concretos, tais como o peso do comércio externo (exportações mais importações) no PIB, o valor do investimento externo líquido directo, as taxas de variação das componentes na balança de pagamentos, a medição da democracia é apenas uma percepção, cujo valor é obtido através da junção de respostas dos actores económicos e sociais a um conjunto de perguntas sobre o que acham da ocorrência de diferentes liber-

dades e da verificação dos direitos humanos.

Mas, mesmo assim, tem sido possível a construção de índices de liberdade, tais como o Democracy Index da Economist Intelligence Unit (desde 2006) e Economic Freedom da Heritage Foundation (depois de 2004). Estas publicações permitem, na sua perspectiva temporal (times-series), verificar e, por vezes mesmo, quantificar as transformações ocorridas em cada país quanto às melhorias registadas na liberdade e na participação dos cidadãos (exercício da cidadania) na definição e controlo das políticas que influenciam o seu viver diário. Porque, em última instância (e para além de todos os equilíbrios macroeconómicos, que devem sempre ser proactivos e criadores de valências e resultados válidos para as pessoas), as economias e os tecidos

sociais são criadas pelos homens e para os homens, interessando, portanto, escrutinar a medida das influências das suas transformações sobre as pessoas.

Estes índices também podem ser usados na sua perspectiva “cross section”, isto é, para um determinado período de tempo como se posicionam, entre si, os diferentes países, levando à criação de grupos diferenciados de países, como, no caso do Democracy Index, “democracias plenas”, “democracias imperfeitas”, “regimes híbridos” e “regimes autoritários”. Identicamente se passa com Economic Freedom Index, com ajuntamentos classificados como “economias livres”, “economias maioritariamente livres”, “economias moderadamente livres”, “economias moderadamente fechadas” e “economias repressivas”.

Teoricamente, parece de fácil

aceitação a correlação positiva, para o crescimento económico e o desenvolvimento social, entre “democracias plenas” e “economias livres”, pelo menos na óptica neoliberal, onde a intervenção do Estado deve estar reduzida ao mínimo (porque inexistir é impossível) – cedendo-se a totalidade do espaço à iniciativa privada – e, assim, caminhar-se para a democracia plena. Nos contextos destes índices e das respectivas metodologias de construção, quanto maior for a liberdade económica, mais democráticas serão as sociedades. E quanto mais abertas estas, mais elevado poderá ser o crescimento económico e maior a qualidade do desenvolvimento social. Os conceitos de democracias políticas e de democracias económicas são construídos sem o envolvimento de factores culturais (onde possam avultar valo-

“Angola necessita cada vez mais de projectos bem estruturados que transmitam credibilidade e passem confiança...”

res tradicionais, alguns dos quais podendo questionar a assunção do próprio conceito), ficando os mesmos para ajudarem na interpretação das diferenças entre os países e do seu comportamento ao longo dos anos. Assim sendo, “regimes de democracia imperfeita”, “regimes híbridos” e “regimes autoritários” deveriam mostrar dinâmicas de crescimento económico mais baixas e índices de transformação social igualmente de expressão reduzida. Parece, no entanto, que esta regra não é de validade universal.

E para o ilustrar pode tomar-se o exemplo da China. Classificada como regime autoritário no Democracy Index e no 107º lugar no Economic Freedom Index (economias moderadamente fechadas), este país é o que mais tem crescido nos últimos 40 anos, o que apresenta as mais expressivas transformações estruturais (infraestruturas materiais e imateriais, de onde avultam os desenvolvimentos tecnológicos e científicos) e o que mais rapidamente eliminou a pobreza extrema e retirou, em 10 anos, mais de 400 milhões de cidadãos da pobreza. As consequências mais visíveis foram a criação de uma classe média com elevado poder de compra e de intervenção nas transformações estruturais, económicas e sociais, o desenvolvimento na educação e na saúde e o relativo domínio da economia mundial (18,3% do PIB mundial, 12,3% das exportações mundiais de bens e serviços, 31,8% do PIB e 33,3% das exportações de bens e serviços das economias emergentes e em desenvolvimento). De que modo se conseguiram estes êxitos e que percepção os chineses têm deles? O segredo parece ter estado num modelo próprio de desenvolvimento, onde as tradições, a disciplina e o rigor eram partes integrantes e se conjugaram da melhor maneira possível, sob uma liderança autoritária do Partido Comunista e do Estado. Valeu a pena o trade-off (mais desenvolvimento/menos democracia)? Qual o custo de oportunidade desta aparente troca? Só os chineses o poderão avaliar, segundo os seus padrões culturais.

A maior parte dos países africanos figura em posições desclassificadas nestes dois índices de democracia. As excepções são as Maurícias (democracia plena e economias maioritariamente livres), o Ruanda (moderadamente livre), o

Botswana (moderadamente livre) e Cabo Verde (democracia imperfeita e economia moderadamente livre).

A África subsariana comemorou recentemente 60 anos de independência política dos poderes coloniais europeus e a despeito de na última década e meia as economias desta sub-região do continente terem registado crescimentos do PIB na ordem de 5% anuais – graças a factores como melhor governação económica, aumento do consumo interno e incremento das exportações e dos preços das principais commodities usadas como matérias-primas nos países mais desenvolvidos (incluindo a China) – não foi possível transformá-los em desenvolvimentos sociais consolidados e em benefícios alargados para as amplas maiorias da população que ainda permanecem em estados inadmissíveis de pobreza. Continuou a ser um crescimento económico favorável à criação de elites e ao aprofundamento das desigualdades. Como pontualiza Carlos Lopes: “a fim de manter os resultados socioeconómicos positivos deste crescimento recente, os países africanos têm de rever os actuais modelos de desenvolvimento e colher os benefícios que poderão advir de uma verdadeira transformação estrutural e o que torna preocupante este padrão é a tendência de África crescer rapidamente mas transformar-se com lentidão, tornando-se vulnerável a ventos adversos”. Quando se põe em análise, discussão e reflexão a necessidade de alteração do modelo ou dos modelos de desenvolvimento dos países africanos, está a admitir-se que os aplicados até agora não surtiram os efeitos desejados, permanecendo amplas camadas de africanos abaixo dos mínimos de sobrevivência e de condição humana. Para que o crescimento económico se traduza e se transforme em desenvolvimento social sustentado e extensivo à maioria da população é necessário colocar a educação como a principal prioridade e mantê-la assim durante muito tempo e em todos os processos de transformação estrutural dos países africanos. Sem educação não acontece diversificação da economia com incremento da produtividade e melhoria da competitividade. Tem de ser o legado da educação de excelência que os líderes africanos verdadeiramente patriotas devem construir em cada ciclo eleitoral.

Nova vaga de financiamento à economia? Como não ficar de fora



Ricardo Guimarães,
Director EY,
Strategy and
Transactions
Services



Jorge Moreira,
Manager EY,
Strategy and
Transactions

mia como o PAC ou a Linha dos mil milhões de dólares do BDA, o grau de execução do Aviso n.º 10/2020 do BNA está a revelar-se muito satisfatório, superando em determinados quesitos os objectivos inicialmente traçados.

Com efeito, o total de crédito aprovado ao sector real da economia pela banca comercial cifrou-se em 358% do valor mínimo estabelecido, sendo que o efectivamente desembolsado representava 265% do valor mínimo a ser financiado.

Desde a publicação do normativo até Dezembro de 2021, foram concedidos um total de 471 créditos, dos quais 374 com desembolsos efectivos. Estes 471 novos créditos concedidos ao sector real da economia correspondem a um total de 634 mil milhões de kwanzas (equivalente a USD 1,2 mil milhões), dos quais 75% já foram efectivamente desembolsados até final de 2021, num montante que ascendeu a 472 mil milhões de Kwanzas (equivalente a USD 906 milhões).

Se atendermos à dimensão, as maiores beneficiárias destas verbas, entretanto desembolsadas, foram as Grandes Empresas que obtiveram um encaixe de 227 mil milhões de

Kwanzas (48%), ombreando com as Médias Empresas com 214 mil milhões de Kwanzas (45%). As Micro e as Pequenas empresas com 14 mil milhões de Kwanzas (3%) e 13 mil milhões de Kwanzas (3%), respectivamente, acederam a encaixes praticamente inexpressivos. Significa, portanto, que 94% do financiamento desembolsado é canalizado para as empresas de maior dimensão.

Parece evidente que as Micro e Pequenas Empresas são aquelas que tendem a apresentar projectos de viabilidade mais frágeis (quando apresentam), insuficientes colaterais e escassa capacitação na Gestão por parte do promotor, dando todos os argumentos à banca comercial, cada vez mais exigente nas suas análises de crédito, para que “chumbem” estes projectos.

Tal como já oportunamente antevíamos, parece evidente a necessidade de os promotores se ajustarem a esse nível de rigor, apresentando projectos cada vez mais qualificados, assentes em sólidos estudos de viabilidade e numa equipa de gestão com pergaminhos firmados.

A verdade é que este caminho parece estar a ser trilhado.

Os últimos 21 meses testemunharam a injeção por parte da banca comercial do equivalente a 1,2 mil milhões de dólares na economia, apenas ao abrigo do Aviso n.º 10/2020 do BNA.

Os esforços do Executivo para dinamizar a economia angolana e estimular o investimento, através da concessão de crédito junto da economia real, parecem começar a surtir o efeito desejado.

Assim, à margem de outros veículos de financiamento à econo-



Opiniões

E agora pergunto eu...



Geralda Embaló
Directora-Geral
Adjunta

A semana que passou terminou com a actualidade mundial marcada por uma série de eventos que, de alguma forma, convergem para as tecnologias e para a sua dualidade intrínseca no sentido em que, se, por um lado, permitem aumentar a quantidade de informação exponencialmente com todas as implicações positivas que esse aumento tem para a qualidade de vida humana, certamente, por outro, a dependência humana nessas tecnologias se revela frequentemente problemática.

Em Portugal viram-se dois exemplos opostos com a gigante provedora de serviços de comunicação Vodafone a sofrer um ataque cibernético que deixou a empresa de rastos e com ela todos os usuários dos seus serviços de telecomunicações incluindo o serviço de ambulâncias nacional, por outro, a capacidade da polícia judiciária ajudada pelo FBI americano de impedir o que podia ter sido um ataque com feridos e mortos numa universidade em Lisboa e que foi possível impedir graças ao acompanhamento das consultas online do jovem que planeava o ataque. Ninguém gosta de ser espiado, mas todos gostamos de estar seguros.

Outras marcas tecnológicas na actualidade mundial foram a ameaça do dono do Facebook – agora Metaverso – de que pode quando quiser bloquear o serviço de Facebook e Instagram para a região europeia porque lhe foram aplicadas multas, (isto de ter uma empresa dona de grande parte da nossa capacidade de comunicar é perigoso); outro exemplo de marca tecnológica veio

S.O.S. ANGOLA SUL
Do género para género

Cáritas de Angola
Serviço Social da Igreja Católica

URGENTE
JUNTOS PELO SUL DE ANGOLA
#S.O.S.ANGOLASUL

BANCO BIC SA
AGENCIA MORRO BENTO II
SWIF CODE, BCCBAOLU

IBAN A006 0051 0000 4286 2462 3224 2
CONTA 04286246232002
CARITAS DE ANGOLA, AV 21 DE JANEIRO,
BAIRRO ROCHA PINTO, ANGOLA

PONTO DE ENTREGAS DE DONATIVOS (BENS ALIMENTARES)
Em Luanda
I- Em Talatona: Mirantes Travessa 4, n.º 8, Junto ao largo da Zap TV
II- Rua Marien Ngouabi n.º 1 distrito urbano da Malanga
III- Paróquia de Nossa Senhora de Fátima (São Domingos)

No Lubango
I- Paróquia de Nossa Senhora das Dores (Missão)

Contactos telefónicos: +244 933 098 903/+244 998 632 631

do espaço pela mão do bilionário Elon Musk. O dono da Tesla, através de outra empresa, a Starlink, tinha colocado 49 satélites em órbita na quarta-feira e perdeu 40 por culpa de uma tempestade geomagnética.

Esses 49 satélites que Elon Musk lançou para a órbita da terra e que são parte de uma rede de mais de 1.400 satélites visam, segundo a empresa, oferecer serviços de comunicação super rápidos e acessíveis, sendo que o objectivo da empresa é a colocação de 42 mil satélites da Starlink no espaço nas próximas décadas. Tema que me lembrou de...

O nosso satélite que custou 120 milhões de dólares e que tinha um veículo para o levar para o espaço que custava outros 132 milhões de dólares é como?

E agora pergunto eu, e nós, o nosso satélite é como? Anda onde? Faz o quê?

Com a queima desses 40 satélites que foram para o espaço na quarta-feira, a Starlink perdeu um investimento que ronda os 20 milhões de dólares, segundo a Fortune Magazine. É naturalmente um valor diluído pelo investimento massivo e estrutural que a Starlink já tem, mas estes números não podem deixar de nos deixar cabisbaixos, 20 milhões de dólares para 40 satélites em órbita.

O nosso satélite que custou 120 milhões de dólares e

que tinha um veículo para o levar para o espaço que custava outros 132 milhões de dólares é como? Um satélite que, ao todo, com contrato para a construção do comando terrestre (mais 50 milhões), com aluguer da posição orbital (mais 25), iria custar um total de 320 milhões de dólares. Esses milhões aprovados, muitas lágrimas de emoção no lançamento, e satélite que é bom, nada? Rocha? E não me refiro ao ex-ministro (tornado governador) quando pergunto ‘rocha’, a pergunta é mesmo rocha de “rochou”? E fica só assim?

O mundo das supertechs é fantástico e não é de admirar que, das cinco maiores empresas do mundo, apenas uma não seja tecnológica e mantenha o espectro da configuração do passado: a petrolífera Saudi Aramco (a quarta maior empresa do mundo), as outras são a Amazon, a dona do Google, a Microsoft e a Apple que lidera o ranking. E pensar que a Tesla, a sexta maior empresa do mundo, produtora de carros elétricos de última geração e do mesmo Elon Musk, dono de mais de 1.400 satélites em órbita, tinha planos de fazer negócio com a Efaccec devido à reconhecida capacidade tecnológica da empresa que detém know-how na produção de baterias elétricas e que o Governo de Angola – para tirar das mãos da filha do ex-presidente – ofereceu a Portugal... Há negócios, lógicas e estratégias que, francamente, e como se diz entre nós, “só Deus na causa”.

A propósito de Deus na causa, enquanto as tecnologias marcam a actualidade dos outros que põem 40 satélites no espaço com 20 milhões de dólares desaparecer, andamos a discutir com a Igreja Católica porque os padres deram em dizer umas coisas impensáveis como: tem de se investir no diálogo político para diminuir a intolerância política e o clima de tensão; como as eleições tem de ser transparentes; e como “há fome em Angola” – fome que de relativa nada tem. Contra factos (e estes são factos) não há argumentos. Daí que as “baterias” que, infelizmente, não só não são elétricas como insistem em “babar óleo”, se voltem para atacar mensageiros em vez de pensar mensagem, enquanto os outros vão lançando satélites no espaço.

“ Ao mesmo tempo, com o esforço conjunto da China-Angola, as perspectivas de cooperação entre os dois países serão mais alargadas, o que seguramente beneficiará os dois povos. ”

O crescimento da economia chinesa traz energia para a cooperação China-Angola



Gong Tao,
Embaixador
Chinês

Quando os Jogos Olímpicos de Inverno de Beijing 2022 se realizam com sucesso, a comunicação social e os amigos africanos mostram grande interesse com os dados económicos da China. Olhando para 2021, o desenvolvimento económico da China e a prevenção e controlo da Covid-19 mantiveram a sua posição de liderança no mundo. O PIB da China atingiu 114,4 trilhões de RMB (moeda chinesa), alcançando um aumento anual de 8,1%, e os sectores primário, secundário e terciário da economia aumentaram 7,1%, 8,2% e 8,2% respectivamente. Vale a pena partilhar com os amigos angolanos os seguintes pontos de vista:

1º. O desempenho económico da China demonstra-se excelente. Diante do ambiente internacional complexo e severo e a Covid-19, o governo chinês respondeu com calma, aderiu ao princípio geral de buscar o progresso mantendo a estabilidade, maior apoio à economia real, aprofundamento da reforma, abertura e inovação, e efectivamente garantiu o bem-estar do povo. Novas conquistas foram feitas no desenvolvimento da qualidade e um bom começo para o 14º Plano Quinquenal foi alcançado. A importação e exportação da China aumentaram 21,4% em relação ao ano anterior, e o uso real de capital estrangeiro subiu 14,9%. A população de nascimento anual foi de

10,62 milhões e a taxa de natalidade foi 7,52‰. 12,69 milhões de novos empregos foram criados e a renda dos cidadãos esteve basicamente em linha com o crescimento económico, atingindo um aumento de 9,1%. A escala agregada económica da China e o nível per capita, a força nacional abrangente da China, a produtividade social e os padrões de vida das pessoas foram ainda mais aprimorados.

2º. A economia da China permanece estável e confiável. O volume incremental da economia chinesa a cada ano é equivalente ao PIB de um país da média economia. Apenas o PIB da província Guangdong foi 1,93 trilhões de USD, ultrapassando a Itália e o Canadá e ficou em 8º lugar no mundo. O PIB de nove províncias chinesas é comparável ao Top 20 do mundo. A China tem o sistema industrial mais completo do mundo. Existem quase 900 milhões de trabalhadores na China e a proporção de talentos de alto nível está aumentando constantemente. A China tem um mercado enorme com 1,4 mil milhões de consumidores. O volume total de importação e exportação de mercadorias de 2021 foi de 39 trilhões de RMB, um aumento homólogo

de 21,4%. O novo padrão de desenvolvimento caracterizado de dupla circulação deu novos passos.

3º. A contribuição da China para a economia mundial continua a aumentar. No contexto da desaceleração do crescimento económico global, o potencial de desenvolvimento económico da China e a resiliência ao crescimento foram afirmados por organizações e economistas internacionais. Conforme a última previsão do Fundo Monetário Internacional, a produção económica total da China representa 18% da economia global em 2021. Convertido à taxa de câmbio média anual, o PIB da China atingiu 17,7 trilhões de USD, classificando na segunda maior economia no mundo. A força motriz da inovação foi efectivamente aprimorada, a indústria cresceu rapidamente e o investimento homólogo em pesquisa e desenvolvimento aumentou 14,2%. O desenvolvimento constante da economia da China deu uma "garantia" à recuperação económica global. De acordo com a última previsão do Banco Mundial, a economia da China crescerá 5,1% em 2022, classificando-se na frente das principais economias do mundo. A China sempre aderiu

aos conceitos de abertura, cooperação, solidariedade e ganha-ganha, expandindo inabalavelmente a abertura de forma abrangente, aprofundando a cooperação prática na construção conjunta do "Cinturão e Rota" e tornando o mercado chinês um mercado mundial, compartilhado e para todos.

Nos últimos anos, a China e Angola têm continuado a ajudar um ao outro a promover o desenvolvimento no aspecto sócio-económico. A China tem sido o maior parceiro comercial de Angola por muitos anos, a maior fonte de investimento directo de Angola e um importante parceiro de infra-estrutura, enquanto Angola é o terceiro maior parceiro comercial da China em África, depois da África do Sul e Nigéria. E um dos mais importantes fornecedores de petróleo bruto durante longos anos. A cooperação económica e comercial China-Angola tem uma base forte e é altamente complementar. Mesmo perante a pandemia da Covid-19 e a situação económica mundial complicada, as perspectivas de desenvolvimento económico e comercial a longo prazo entre os dois países continuam a ser promissoras. Em 2021, o comércio bilateral entre a

China e Angola ascendeu para 23,34 mil milhões USD, registando um aumento homólogo de 41,4%. A importação da China de Angola foi 20,85 mil milhões USD, e a exportação da China para Angola foi 2,49 mil milhões USD, um aumento de 42,6% e 41,3% respectivamente. A China fica satisfeita com as previsões optimistas de algumas instituições internacionais quanto às perspectivas de desenvolvimento de Angola e apoia activamente o desenvolvimento sócio-económico de Angola.

Em 2022, o governo chinês apresentou a exigência de "estabilidade na vanguarda e busca de progresso", fazendo arranjos políticos em sete aspectos, incluindo sectores de micro, estrutura, ciência e tecnologia, reforma e abertura, região e sociedade, com foco na estabilização do mercado macroeconómico para acolher o Vigésimo Congresso do Partido Comunista da China. Todos os países, incluindo Angola, são bem-vindos para compartilhar as oportunidades da China e os dividendos do desenvolvimento económico da China. Estamos dispostos a conjugar esforços com a parte angolana para impulsionar a implementação dos frutos da 8ª Conferência Ministerial do FOCAC e aproveitar, da melhor forma, as oportunidades dos nove programas. Acreditamos firmemente que não importa como a situação internacional mude, a cooperação Sino-Africana sempre será o cenário mais dinâmico na cooperação internacional com a África, e certamente avançará com um ritmo mais constante em direcção a um futuro mais amplo e brilhante. Ao mesmo tempo, com o esforço conjunto da China-Angola, as perspectivas de cooperação entre os dois países serão mais alargadas, o que seguramente beneficiará os dois povos.



Opiniões



Aumento Salarial vs. Abandono Social



António Vieira,
ex-director
da Cobalt
Angola

Tenho aqui neste espaço defendido e tentado chamar a atenção para o aumento salarial por mérito dos quadros nacionais, sobretudo dos professores. Há muito tempo que acho que o nosso magistério anda a ser muito mal pago. Sabemos que a qualidade dos mesmos não é o que deveria ser, porém, mesmo tendo esse facto em conta, estão muito mal pagos. Isso para além de a grande maioria ter de trabalhar sem um mínimo de condições que lhes permita dar o seu melhor de cara alegre e boa disposição. Faço esta referência para que, desde já, se estabeleça o meu querer relativamente ao aumento salarial. Há que aumentar, desde que isso seja feito com lógica, com razão, com mérito e, sobretudo, com paridade laboral.

Havendo dinheiro extra a entrar para o Orçamento Geral do Estado, uma vez que o preço do bruto tem

sido vendido a preços não imagináveis há seis meses e muito acima do orçamentado, o Estado está em posição financeira de proceder a aumentos salariais há muito devidos. E, estando a necessitar de mais ânimo para os seus propósitos, um aumento salarial foi avançado pelo executivo, de forma discriminatória, para a função pública. A maior fatia foi, decididamente, para a função pública.

Assim sendo devemos aqui analisar a nossa função pública. Ao falar dela, não importando sob que parâmetros, temos a obrigação de quantificar e qualificar os seus componentes. Todos nós sabemos que a nossa função pública é ineficiente em termos operacionais, deficitária em termos administrativos, incompetente no que diz respeito à solução de problemas, e, muito pouco inteligente. Para além de tudo isso, a nossa função pública é o cerne da corrupção nacional. São muitos defeitos e imperfeições a recaírem sobre um mesmo “organismo” que, para além do mais, é pago por todos nós. Vejamos como é que se chegou a esse marasmo.

Tudo começou em 1975 com o abandono de funções dos quadros coloniais. A maioria dos funcionários públicos qualificados era, sem margem para dúvidas, composta por portugueses que, por uma diversi-

dade de razões, decidiu abandonar o país. Com eles, grande parte dos quadros nacionais também partiu, sobretudo os que se sentiam ameaçados pela ideologia do poder popular. Em Novembro, a drenagem de quadros foi tão grande que a função pública esteve à beira de “estagnar”. Para quem não concorda comigo, é só recordar que em Janeiro e Fevereiro de 1976 começou a falhar o pagamento atempado de salários. E foi assim que muito rapidamente se partidizou a função pública: os elementos nacionais existentes nesses departamentos identificaram-se com o partido e foram promovidos. Casos houve de funcionários de base serem automaticamente promovidos a cargos de chefia e responsabilidade. Esses indivíduos alojaram-se nessas posições. E onde havia necessidade de recrutamento, o que era em toda a parte, recrutavam-se familiares e militantes do partido. O importante era ser camarada. E assim foi durante muito tempo. Foi assim que o magote da incompetência se estabeleceu no funcionalismo público. Quiçá ainda seja assim em certos sectores.

Portanto, a função pública é, na sua essência, a “reserva laboral do partido”, pese o facto que o baixar do nível de vida e a insatisfação do dia-a-dia possam hoje ter feito com que alguns desses elementos aleguem

já não serem militantes. Foi também assim que condições especiais foram criadas para as chefias desses funcionários. Muitas benesses foram introduzidas. O patronato, neste caso o Governo, corrompeu os seus empregados, os funcionários públicos, com carros, viagens, ajudas de custo, habitação, etc... era preciso ser militante do partido para ‘brilhar’. O patronato permitiu que os seus assalariados “roubassem” sem que houvesse punição. Chefes de recursos humanos desapareceram com os salários do pessoal e raramente foram chamados à razão. O mérito e o desempenho foram simplesmente ignorados e clinicamente substituídos pela bajulação, pela função a nível partidário, pelo nepotismo. Hoje, segundo consta, por causa do denominador comum ter baixado para o insatisfatório, muitos deles até já deixaram de andar com o cartão do partido.

Há, portanto, neste momento, a necessidade de reagrupar o ‘rebanho’. E com a crise financeira existente no seio da população, nada melhor do que um desejado aumento salarial. Um ‘gordo’ aumento salarial, acredita-se, fará com que todos os funcionários públicos se recordem que sempre foi o ‘M’ a dar-lhes tudo o que têm. Por filiação. Sem mérito. Até porque ainda não tiveram a oportunidade de navegar na ave-

nida do mérito. Quantos são os nossos funcionários públicos? Acredito que existam cerca de 400 mil funcionários públicos parte dum total de 2,2 milhões de trabalhadores formais. Ou seja, pouco mais de 18% de quem tem emprego trabalho para o estado.

Só que a população activa e em idade laboral ronda os 14 milhões. Estima-se que existam cerca de cinco milhões de desempregados, o que aponta para cerca de sete milhões de trabalhadores informais. É sobre este exército de guerreiros, os trabalhadores informais do país que vivem com pouco mais de 500 kwanzas por dia, que o executivo parece ter-se esquecido. Aprovou-se um mísero aumento de 50% do salário base, sendo 100% para os funcionários públicos do escalão inferior. Esta alteração irá beneficiar os 2,2 milhões de trabalhadores formais, enquanto aqueles sete milhões que lutam nas ruas das nossas cidades todos os dias para conseguirem comprar um pão ficam por onde estão. Será que estes cidadãos não merecem um aumento? Para além de não terem um emprego formal que lhes garanta um salário mensal, ficam ainda mais distante de poderem satisfazer a sua fome. Relativa ou não, continuarão a lutar pelo seu estomago. Porque os nossos informais lutam pela sobrevivência, para não morrerem de fome. Votados ao abandono social pelo Governo, sem os empregos que lhes têm sido prometidos, foram uma vez mais esquecidos.

É evidente que a variação salarial tem como objectivo garantir votos, os votos que em Julho farão falta para garantir o poder. Mas será que os funcionários públicos se deixarão embalar com este pirlito? Havendo neste momento disponibilidade financeira, acredito que deveríamos ver um aumento substancial de salários associados ao mérito e ao desempenho.

E, porque não se dar mais atenção aos nossos guerreiros, às zungueiras e, sobretudo aos nossos camponeses. Ou será que não somos mesmo capazes de lidar com a massa produtora do país? Porque não atribuir aos nossos camponeses um crédito que lhes permita aumentarem a sua produtividade?

Estamos em 2022 com problemas maiores do que em 2017. Precisamos, agora mais do que nunca, de corrigir o que está mal e melhorar o que está bem. E o povo, o nosso povo, continua a querer ganhar o lugar que merece. O futuro promete.



Jornal Valor Económico

Visite o site www.valoreconomico.co.ao

Regista-te

Sobre [Ver tudo](#)

11 343 pessoas gostam disto, incluindo 71 dos teus amigos

11 800 pessoas seguem isto

<http://www.valoreconomico.co.ao/>

936272323

Enviar mensagem

Empresa de comunicação e notícias

Fotos [Ver tudo](#)



A nomeação da empresária Filomena Oliveira para a liderança do Instituto Industrial e Inovação Tecnológica de Angola (IDIIA), do Ministério do Comércio e Indústria, foi das publicações da página do Valor Económico com mais comentários alcançados nas últimas semanas que registaram um alcance de cerca de 40 mil internautas e mais de 5 mil interações com a página

Os comentários são selecionados segundo critérios que visam reflectir a diversidade e qualidade de opiniões sobre os temas do Valor Económico.

Gralhas e discussões personalizadas são editadas para publicação.

Leia na íntegra em www.valoreconomico.co.ao

Facebook/Comentários



Nuno Almeida
Sendo astutamente silenciada!



Rui Magalhaes
Angola precisa de mais umas quantas Filomenas Oliveiras.



Caríssimo Cheik
Estão tentando calar a boca dos críticos com cargos públicos. Contudo, desejo sucessos a dra Filomena que muito tem contribuído em prol de uma Angola melhor!



Wilson Martins Martins
Eeeeeeeee!!!! Já era a nossa crítica ... é mais um Celso Malavoloneque. Coincidentemente são ambos da Huila



Francisco Branco
Cafricaram a senhora



Domingos Francisco de Almeida Almeida
Vais ficar calada para sempre tipo a Ringote que saiu da política no feminino



José Paiva
Muito bem, assim teremos uma pessoa que fala, e que faz.



Francisco Branco
José Paiva uma pessoa não é suficiente para um sistema viciado e corrupto



Mambu MA Buku
Francisco Branco Pessoas capazes nós temos muitos, um deles até o José Severino da AIA, Francisco Viana e o resto. Temos imensos problemas, primeiro não cronometraramos os nossos planos, daqui a X anos o que queremos alcançar, se fizemos não avaliamos, é assim que os programas eleitorais tão belos que são vêm ao público e não ganham corpo na arena social, só para lembrar os 54 produtos do Prodesi, distribuir melhor e mais... quem tem o poder orientador, que oriente mesmo, mas também que fiscalize, e aplique medidas sancionatórias a quando de incumprimento na execução de qualquer projeto...Pessoalmente acompanho-a, esperemos que com espírito de equipa (líder), venhamos a colher resultados. Viva!



Ramiro Matias
Fala e faz? Afinal você não vive em Angola



Filomena Oliveira
José Paiva A melhor Crítica é a que se faz FAZENDO com o apoio e participação activa e proactiva de todos os Angolanos que se acham capazes de participar e contribuir para o BEM COMUM!



Walter Almeida Loureiro
Aceitar cargos neste governo e muito arriscado. Mas cada um sabe o que faz. Enfim.



Elsa Martins
Parabéns Dra. Filomena êxitos, muita força e tudo de bom



Clara Correia
Podiam esperar para ver e depois então fazer esses comentários. Na minha opinião, e conhecendo-a como conheço, se for o caso, mais depressa ela será exonerada do cargo porque calar não se vai, de certeza.



Agoria Strag
Só espero que não lhe venham dificultar o seu trabalho por ser apartidária, porque conforme lhe nomearam é conforme vão lhes exonerar. Boa sorte Dra. Filomena.



Frágio Domingos
Não gostei..

Para receber o VALOR todas as semanas, basta enviar o seu e-mail para 941784791 / 2

Contribua para manter o jornalismo de qualidade.

GEM Angola Global Media, Lda

Iban:
0051 0000 7172 9933 1512 7

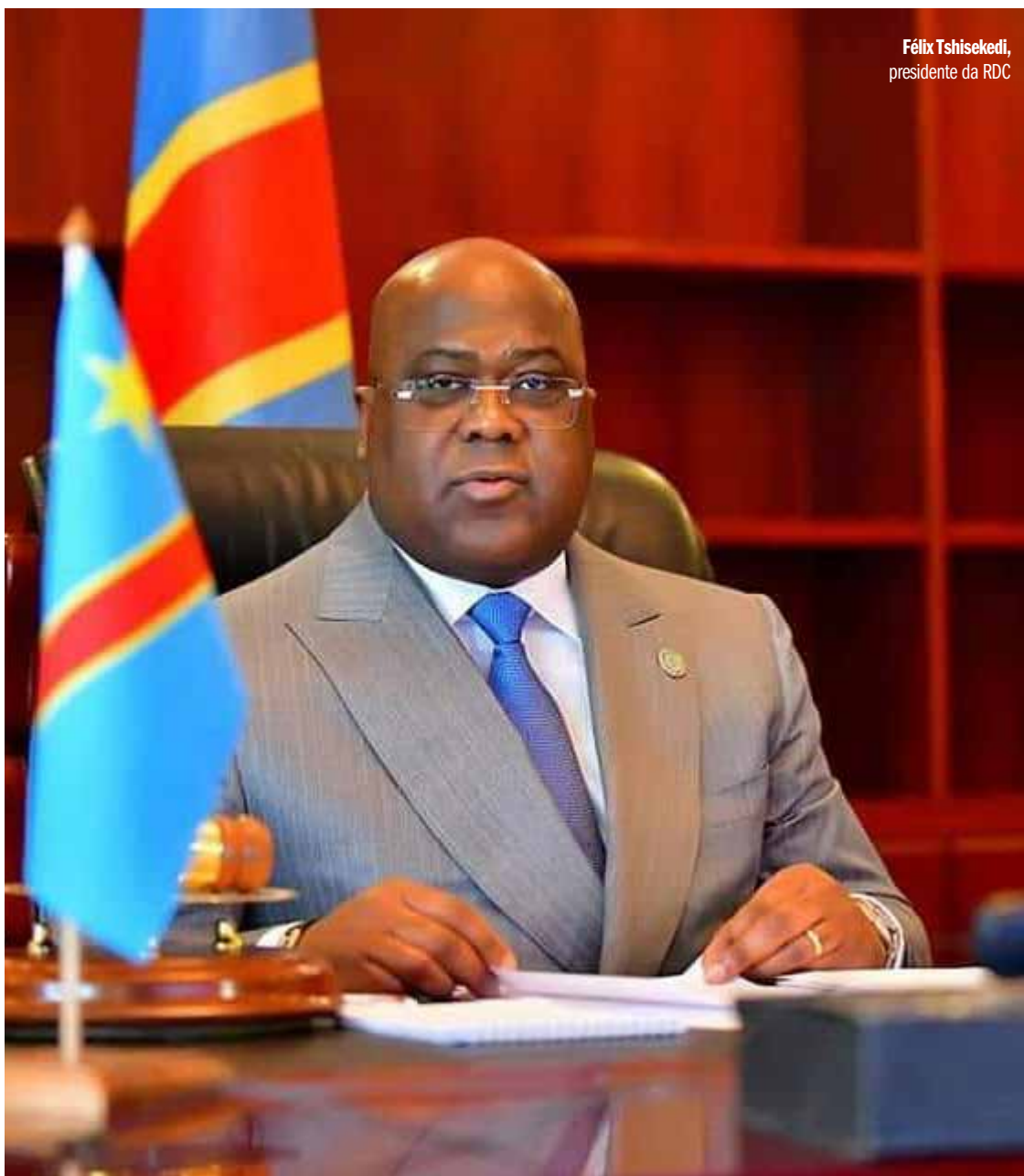
Internacional/África

PLANO DE DESENVOLVIMENTO DOS 145 TERRITÓRIOS

O ‘carro-chefe’ de Tshisekedi no combate à pobreza

ÁFRICA. Iniciativa abrange as 26 províncias congoleesas e já teve uma injeção de 450 milhões de dólares em Fevereiro. Sama Lukonde, primeiro-ministro da RDC, sublinha que a ideia passa por assegurar que “os congoleeses se beneficiem” do dinheiro público por intermédio de programas locais. Ministro da Comunicação, por seu lado, pede paciência e promete primeiros resultados para dentro de um ano.

Por Leopoldina David



Félix Tshisekedi,
presidente da RDC

Quando Félix Tshisekedi chegou ao poder na República Democrática do Congo (RDC), em 2019, prometeu “construir um Estado moderno, pacífico e democrático”, que se preocuparia “com cada cidadão congolês”.

No discurso de investidura, em pleno Palácio das Nações, em Kinshasa, entre outras promes-

as, Tshisekedi comprometeu-se com a reabilitação e consolidação do Estado de Direito, “através de instituições sólidas”. Destacou a promoção do emprego, a atenção particular à juventude, o investimento na educação e saúde, dentro de um amplo programa de combate à pobreza, “através de acções sociais e de uma política inovadora”.

Passados cerca de três anos, Tshisekedi e o seu governo lançaram o que descrevem como o ‘carro-chefe’ do projecto de combate à pobreza, o chamado

MEMORIZE

● Para o primeiro-ministro, citado pela Rádio e Televisão Nacional Congoleesa, a ideia passava por garantir que “os congoleeses se beneficiem do dinheiro que entra para os cofres do estado por intermédio de programas locais”.

‘Plano de Desenvolvimento dos 145 Territórios’.

O projecto de Tshisekedi tem semelhanças ao Programa Integrado de Intervenção nos Municípios, o PIIM angolano, com a diferença de que, no caso congolês, a execução é de responsabilidade directa do governo central.

Com foco no desenvolvimento dos municípios, o Plano de Desenvolvimento dos 145 Territórios é encarado pela generalidade dos governantes da RDC como um instrumento “capaz de atacar as assi-

metrias regionais”, beneficiando, sobretudo, as zonas mais carentes e afastadas dos centros de decisão.

A primeira pedra do projecto foi lançada em Outubro do ano passado pelo primeiro-ministro congolês, Sama Lukonde. Pouco mais de dois meses depois, isto em Janeiro deste ano, o governo anunciou ter disponíveis cerca de 450 milhões de dólares para o arranque da construção e reabilitação das infra-estruturas sociais. Escolas, centros de saúde, estradas e projectos de promoção do desenvolvimento agrícola integram as prioridades da iniciativa que deve abranger a totalidade das 26 províncias congoleesas.

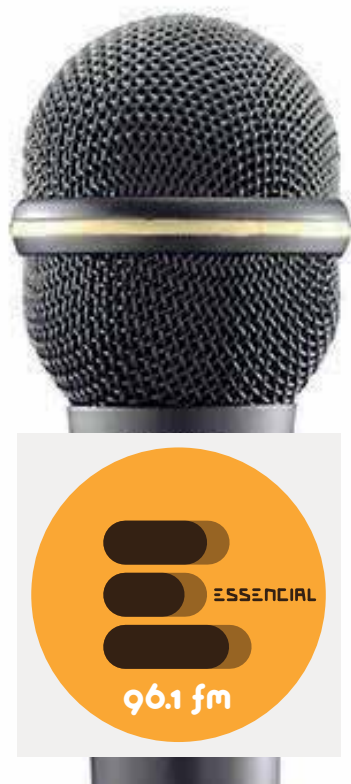
Para o primeiro-ministro, citado pela RTNC (Rádio e Televisão Nacional Congoleesa), na altura do lançamento do programa, a ideia passava por garantir que “os congoleeses se beneficiem do dinheiro que entra para os cofres do estado por intermédio de programas locais”.

Christian Mwando Nsimba, ministro de Estado e do Planeamento, foi designado coordenador da comissão de orientação política, gestora do programa, estando à frente de um grupo que junta os ministros da Economia e Finanças, Desenvolvimento Rural, Planeamento Regional, Saúde, Interior e Comunicação e Comunicação Social, além dos administradores municipais. À equipa de Mwando Nsimba coube catalogar, com os representantes de cada território, as principais dificuldades e definir as prioridades em termos de execução.

Em declarações à imprensa local, Patrick Muyaya, ministro da Comunicação e Media, chegou a assinalar que foram distribuídas tarefas por sector e discutidas “todas as ideias”, com vista ao alcance de “resultados positivos”. Sublinhando não se ter tratado de “trabalho fácil”, face às dimensões e às características do país, Muyaya pediu “paciência” à população congoleesa e estimou, para dentro de um ano, os primeiros resultados concretos.

O QUE É
ESSENCIAL
NOS DIAS
DE HOJE?

96.1 fm



Covid-19

NA ITÁLIA

Obrigatória apresentação do 'super passe verde'

Passou a ser obrigatório, a partir desta terça-feira, 15 de Fevereiro, aos trabalhadores italianos com mais de 50 anos a apresentação do chamado 'super passe verde', que comprova que estão vacinados ou recuperados de covid-19, já não tendo como hipótese à realização de um teste negativo.

No início de Janeiro, o país anunciou que tornou a vacinação contra a covid-19 obrigatória para as pessoas com mais de 50 anos, pelo menos até 15



de Junho, mas esta terça-feira são aplicadas novas regras.

Ainda a partir deste dia, funcionários de universidades, pres-

tadores de cuidados de saúde, funcionários das escolas assim como as forças policiais e militares juntam-se à lista de vacinação

obrigatória tendo de apresentar o documento, que também é exigido em restaurantes, bares, cinemas, teatros, concertos, discotecas, estádios e transportes públicos.

Os trabalhadores que não apresentarem serão suspensos e terão os salários congelados.

As multas por ir trabalhar sem o super passe verde variam de 600 a 1.500 euros, mas ninguém pode ser despedido por não ter o certificado de vacina.



MAIS INFORMAÇÃO

OMS preocupada com angolanos sem a segunda dose

A Organização Mundial da Saúde (OMS) diz estar preocupada com grande número de pessoas que apanharam a primeira dose da vacina contra a covid-19 e que ainda não regressaram para tomar a segunda.

A preocupação foi manifestada pela representante da OMS em Angola, Djamil Cabral, que, em declarações à Lusa, considerou que apesar da redução significativa de casos de covid-19 no país, depois do registo, entre Dezembro de 2021 e Janeiro deste ano, de um aumento drástico de casos, alertou que é preciso que as autoridades incentivem a vacinação sobretudo, no caso de Angola, a segunda dose.

A representante defende também que é preciso que as autoridades continuem a aumentar o acesso aos pontos de vacinação, a criar novas estratégias para atingir as pessoas que ainda não tomaram a segunda dose, e aponta, por outro lado, "a desinformação, a má-fé que é veiculada", como estando na base dessa resistência à vacinação, e alerta, por isso, para um trabalho maior de informação e sensibilização neste sentido.

CONCLUEM CIENTISTAS

Exercícios após vacina aumentam a imunidade

Um estudo recente da Universidade do Estado de Iowa, Estados Unidos, garante que fazer exercícios físico de intensidade leve a moderada, durante 90 minutos, directamente após a vacina contra a covid-19 pode fornecer um impulso imunológico extra.

Os investigadores chegaram a esta conclusão depois de colocarem diversos participantes numa bicicleta ergonómica, outros fizeram uma caminhada rápida por uma hora e meia depois de receber a injeção, o que fez produzir mais anticorpos nas quatro semanas seguintes em comparação

aos participantes que se sentaram ou continuaram a rotina diária. Foram registados os mesmos resultados em testes realizados em ratos de laboratório em esteiras.

A autora principal do estudo publicado na revista científica 'Brain, Behavior and Immunity', Marian Kohut, defendeu que "os resultados preliminares são os primeiros a demonstrar que uma quantidade específica de exercício pode aumentar a resposta de anticorpos do corpo à vacina Pfizer e duas vacinas para a influenza", e que os anticorpos são, essencialmente, a linha de defesa do corpo contra o vírus, bactérias, fungos ou parasitas.

Os investigadores defendem que as descobertas podem benefi-



ciar directamente as pessoas com uma variedade de níveis de condicionamento físico, sendo que quase metade dos participantes tinha um IMC (índice de massa corporal) na categoria sobrepeso ou obesidade.

Na pesquisa, os investiga-

dores também testaram se os participantes poderiam obter o mesmo aumento de anticorpos com apenas 45 minutos de exercício, mas as conclusões apontam que um treino mais curto não aumentou os níveis de anticorpos.

O CHANCELER ALEMÃO, Olaf Scholz, recusou-se a passar por um teste de covid administrado pelas autoridades russas durante a sua visita nesta terça-feira (15) aquele país, optando por ser submetido a um exame feito por um de seus médicos.

AMNISTIA INTERNACIONAL

Farmacêuticas “estão a privilegiar o lucro”

A Amnistia Internacional acusa as grandes farmacêuticas produtoras de vacinas contra a covid-19 de terem privilegiado o lucro e os seus interesses em detrimento de uma distribuição equitativa de vacinas, resultando numa “catástrofe humana”.

Um relatório, que é uma atualização de um outro anterior divulgado em Setembro de 2021, intitulado ‘Uma Dose Dupla de Desigualdade, as empresas farmacêuticas e a crise das vacinas contra a covid-19’, acusa as farmacêuticas de “tragicamente falharem o desafio de estar à altura de uma crise sanitária e de direitos humanos, que acontece uma vez num século”.

Os signatários do comunicado, relativo ao relatório de avaliação aos produtores de vacinas, acusam que monopolizaram a tecnologia, bloquearam e fizeram ‘lobbying’ contra a partilha de propriedade intelectual, cobraram preços elevados pelas vacinas e deram prioridade ao fornecimento de países ricos.

A crítica da organização internacional de defesa dos direitos humanos é direccionada à Astrazeneca, Johnson&Johnson, Moderna, Pfizer/BionTech, Sinopharm e à Sinovac.

A organização defende que os dez milhões de doses de vacinas produzidas em 2021 seriam suficientes para atingir o objectivo da

Organização Mundial de Saúde (OMS) de vacinar, pelo menos, 40% da população mundial até ao final do ano passado, mas os números demonstram que, nos países mais pobres, apenas cerca de 4% da população está completamente vacinada contra a covid-19.

A Amnistia Internacional (AI), entende que mais de 1,2 mil milhões de pessoas de países de baixo e médio-baixo rendimentos poderiam ter sido vacinadas até ao final de 2021, mas as farmacêuticas acabaram por desempenhar um papel determinante na “catástrofe de direitos humanos”, quando poderiam ter sido “os heróis de 2021”.



ESTADOS UNIDOS

Recusa à vacina leva mais de mil ao desemprego

São no total 1.430 funcionários que se recusaram a ser vacinados contra a covid-19 e foram despedidos pela autarquia de Nova Iorque, depois de terem esgotado todos os prazos para o fazerem. Conforme avançado pelas autoridades locais, estes funcionários são uma pequena parte, menos de 1%, da enorme força de trabalho municipal, de 370.000 trabalhadores, que fazem da autarquia o principal empregador do estado de Nova Iorque.

Uma parte importante (914) das pessoas despedidas pertence ao departamento de educação, que gere as escolas públicas de Nova Iorque, locais onde ainda vigora o uso obrigatório de máscara, medida já levantada na cidade para os restantes ambientes fechados desde a semana passada.

A autarquia impôs a vacinação a todos os trabalhadores a 21 de Julho, e deu uma moratória (sem emprego, nem salário) a quem não se vacinasse. Esta moratória foi alargada em várias ocasiões, até que expirou na passada sexta-feira.

Paralelamente, o presidente da câmara de Nova Iorque, Eric Adams, renovou o incentivo de 100 dólares atribuído a todas as pessoas que tomem a dose de reforço da vacina, incentivo instituído pelo antecessor Bill de Blasio, e que esteve em vigor até ao final do ano passado.

Nova Iorque tem uma das taxas de vacinação contra a covid-19 mais altas de todo o país, com 95% dos adultos a terem pelo menos uma dose, o que não impediu picos de contágio da variante Ómicron durante a época natalícia, com 85.000 novos casos num só dia.

MACRON TAMBÉM NÃO FEZ

Chanceler alemão recusa fazer teste russo

Depois de Macron, Olaf Scholz, chanceler alemão, recusou-se a fazer um teste PCR russo antes de se encontrar com o presidente Vladimir Putin, segundo confirmou o porta-voz do Kremlin, Dmitry Peskov, em conferência de imprensa esta terça-feira.

Peskov disse que os dois estarão a uma distância maior do que o habitual, mas que isso não afectará,

de forma alguma, a natureza da reunião, nem o conteúdo, ou duração.

O responsável avançou também que o encontro vai acontecer na mesma mesa, em que Putin conversou com o presidente francês, Emmanuel Macron, que também se recusou a ser testado na Rússia.

O porta-voz acrescentou ainda que o lado alemão não explicou a

recusa. “Toda a gente tem os próprios protocolos, nós tratamo-los com respeito”, sublinhou. Da mesma forma que Macron, o chanceler alemão fez um teste de PCR no seu país antes da partida e fará um teste de antígeno feito pelo próprio médico – que viaja com ele – à chegada à Rússia, pelo que não se justificava fazer outro.



Marcas & Estilos



Uma rica herança

Linda exibição de flores secas na cesta de vime tecida à mão. Perfeita para casa, escritório ou um presente para alguém. É o arranjo floral perene ideal para a vida quotidiana ou uma ocasião especial. Feita por artesãos do povo indígena Bidayuh, cada cesta tem um padrão único que reflecte a rica herança.

Dá cá um jeito...!

A A7 é a mais compacta da colecção de Memobottle. Com 180ml, é uma das poucas garrafas que cabe dentro de uma pasta de mão, no blazer ou bolso. O cantil A7 dá-lhe um bom jeito para beber com estilo, mas sempre com responsabilidade!



AUTOMÓVEL

Verdadeiramente atraente

A Nissan aumentou, recentemente, a gama do Juke com a versão Enigma. O principal destaque é a introdução da Amazon Alexa. O modelo oferece um design inovador e tecnologia avançada num pacote verdadeiramente atraente.

A versão apresenta um visual distinto como as jantes de 19 polegadas, mas é no interior que são encontrados os argumentos, como o ecrã central de oito polegadas com conectividade Apple CarPlay e Android Auto.

O motor tem apenas o bloco de três cilindros de 1.0 litros DIG-T com 114 cavalos de potência que pode estar associado à transmissão manual de seis velocidades ou automática DCT de sete velocidades.

AGENDA

LUANDA

DE 22 A 23 DE FEVEREIRO

'Treinamento de atendimento de excelência' com Chirlene Lino, das 09h00 às 13h00, no Centro Empreender Transforma. 30 mil kwanzas. Mais informações no 921 462 542.

ATE AO 25 DE FEVEREIRO

Exposição colectiva com obras de Luzia Dala Gaspar 'Luzea', Débora Sónia João de Deus 'Kassova', Sureny Patrícia Ferreira Luís Fernandes, Davi Dombele, Josué Dombele, Araújo Álvaro Iéca 'Yéca', na na Fundação Arte e Cultura.

DE 28 DE A 30 MARÇO

Treinamento Power Life com Simone Bernardino no Hotel Skyna.

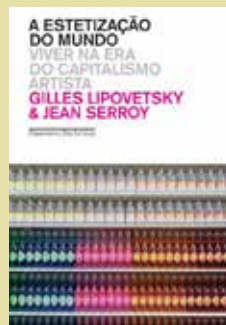
DE 11 A 12 DE MAIO

1.ª Conferência Internacional sobre Logística e Transportes em Angola, formato virtual e presencial, no Hotel Colina Resort.

LIVROS



ENQUANTO ESCREVIA a obra literária, Julio Cortázar produziu um acervo considerável de textos críticos de grande valor. A colectânea inclui o texto inédito Teoria do Túnel.



DESTRUIÇÃO DAS PAISAGENS, esgotamento das matérias-primas e colapso dos trabalhadores – o capitalismo é uma máquina de decadência estética e de enfeiar o mundo.



TURISMO

De uma beleza imensurável

As línguas oficiais de Macau são o português e o cantonense, mas o inglês e o mandarim também são vulgarmente falados. É uma cidade pacata e segura para saídas a qualquer hora. A melhor altura para visitar é entre Março e Abril ou entre Outubro e Novembro, quando as temperaturas são mais amenas, ou durante o Ano Novo Chinês.

O país está repleto de casinos e em cada um há um hotel. Os preços variam dependendo da qualidade, localização e condições. É possível encontrar restaurantes com cozinha de quase todos os cantos do mundo e para todos os bolsos. Mas não pode deixar de provar os pratos típicos como o frango frito com molho de limão, a carne de porco agri-doce, ou a lula frita com piri-iri e sal.

VISÃO GOVERNO

Zonas húmidas do país devem ser preservadas

O Governo defende que há a necessidade, “urgente”, de se preservar as zonas húmidas no país. A posição foi manifestada, recentemente, pela directora-geral do Instituto Nacional de Biodiversidade e Conservação do Ministério da Cultura, Turismo e Ambiente.

Na campanha de instalação de placas de identificação no complexo lagunário do Sarico, no Bengo, Albertina Nzuzi informou que estas zonas são de “importância internacional”, pelo que se torna “imperioso” preservar e conservar.

O país conta com 11 zonas

húmidas já identificadas, depositadas no processo de adesão de Angola a convenção de Ramsar e, com essa iniciativa, disse a dirigente, pretende-se divulgar e sensibilizar a comunidade local sobre a importância ecológica, cultural, económica e turística, assim como alertar para a preservação, conservação e restauração.

A zona húmida do Sarico, segundo a responsável, tem importância económica para os residentes, mas os recursos devem ser explorados de forma “legal e sustentável”, dando conta que a preservação da biodiversidade em Angola está a 60 por cento.

O Governo elaborou, para assegurar a conservação da bio-

diversidade, uma estratégia e um plano de acção nacional para a partilha equitativa dos recursos para todos.

Estão entre as 11 zonas húmidas a Lagoa do Karumbo na Lunda-Norte, Lagoa do Arco (Namibe), Saco dos Flamingos nos Ramiros (Luanda), Foz do rio Chiloango (Cabinda), Complexo Lagunário de Surico no Panguila (Bengo), Lagoa do Calumbo (Luanda), Baía do Lobito (Benguela), Sistema de Zonas Húmidas de Kumbilo (Dirico – Cuando-Cubango), Troço do Rio Kwanza no Parque Nacional da Quiçama (Luanda), Lagoa do Kabiri na Funda (Luanda) e Chanas do Parque Nacional da Cameia (Moxico).



NA AUSTRÁLIA

Coalas em risco de extinção

O s coalas foram declarados como uma espécie em perigo de extinção pelo governo australiano.

A categoria é agora aplicada, nos Estados de Queensland, Nova Gales do Sul e Território da Capital Australiana, para a espécie que é um dos símbolos do país da Oceânia.

Identificada como “vulnerável” em 2012, a espécie subiu duas categorias em apenas uma década, afectada, segundo explica a BBC, por incêndios, seca, doenças e desflorestação que têm ocorrido na Austrália.

Esta nomenclatura salienta a prioridade em relação à conservação dos coalas”, explicou a ministra do Ambiente, Sussan Ley.

De acordo com a dirigente, as autoridades estão a projectar um plano de recuperação da espécie, e projectos de exploração ambiental nos territórios abrangidos estão agora sujeitos a avaliações de

impacto ambiental nos coalas.

“Juntos poderemos assegurar um futuro saudável para os coalas e esta decisão, em conjunto com o total [de fundos] que temos atribuído aos coalas desde 2019, vai desempenhar um papel importante nesse processo”, afirmou Sussan Ley.

Os coalas, segundo um relatório realizado em Nova Gales do Sul, estarão extintos em 2050 caso não sejam tomadas novas medidas de prevenção, conta a BBC. Além disso, o relatório estimou que os incêndios da Austrália entre 2019 e 2020 mataram cerca de cinco mil coalas e afectaram um quarto do habitat desta espécie no território do estudo.

A organização de ajuda animal WWF-Austrália já tinha proposto a redefinição do risco da espécie, segundo o canal árabe Al Jazeera, em Abril de 2020, depois de um estudo concluir que 50% dos coalas tinham desaparecido em Queensland desde 2001, e que 62% dos animais desta espécie já não existia em Nova Gales do Sul.

NÚMEROS DA SEMANA

790,4

Mil milhões kz, Valores desembolsados pelos bancos comerciais, em Janeiro, para 29 novos créditos ao sector real da economia, no âmbito do Aviso n.º 10/2020 do BNA.

66

Milhões USD receitas arrecadadas com a exportação dos produtos inseridos no Prodesi, de acordo com o Ministério da Economia.

12,6

Mil milhões kz, receita declarada pela ZEE como resultado da actividade em 2021, registando crescimento de 21%, face ao ano anterior.

83%

Proporção dos títulos, sem qualquer indexação, a serem emitidos pelo Governo entre as emissões de obrigações de tesouro prevista para este ano.

Netumbo Nandi-Ndaitwah, vice-primeira-ministra e ministra das Relações Internacionais e Cooperação da República da Namíbia



CONVERSACÕES DESDE SEGUNDA-FEIRA

Acordos com namibianos à vista

A vice-primeira-ministra e ministra das Relações Internacionais e Cooperação da República da Namíbia, Netumbo Nandi-Ndaitwah, que chefia uma comitiva de empresários do seu país que visita Angola, desde segunda-feira, 14, deverá rubricar três instrumentos jurídicos.

O 'Memorando de entendimento sobre cooperação no domínio do comércio, investimento e promoção da cooperação industrial', o 'Acordo que estabelece as regras provisórias de operação conjunta do aproveitamento hidráulico do Calueque' e o 'Projecto de acordo para a criação do fórum de negócio entre as câmaras de comércio de Angola e da Namíbia' são os instrumentos que juntam as partes em Luanda.

De acordo com o Ministério das Relações Exteriores (Mirex), a missão dos empresários namibianos, que permanecerá no país até ao próximo dia 21 de Fevereiro, inscreve um encontro bilateral a nível ministerial e sectorial em que participarão também os titulares das Relações Exteriores, Finanças, Indústria e Comércio, Transportes, Agricultura e Pesca e Energia e Águas.

O calendário da visita enquadra ainda deslocamentos ao Bengo e ao Cuanza-Sul, para observar empreendimentos económicos, com destaque para as plantações de banana, fábrica de descartáveis, produtos sanitários, cosméticos e detergentes, além de Indústrias têxtil e de biscoito. Em Luanda, os namibianos estarão na Zona Económica Especial (ZEE) para constatar 'in situ' a fábrica de plástico, produção de vidro e linha de montagem de tractores.

DÍVIDA PÚBLICA

Angola entre os mais frágeis

O director do departamento de pesquisa económica em África do Standard Bank, Libran Quereishi, fixa Angola entre os cinco países do continente mais propensos a riscos de dívida nos próximos dois anos, sinalizando que "a sustentabilidade da dívida requer um foco maior". À agência de informação financeira Bloomberg, Quereishi apontou o Gana, o Quênia, Angola, Etiópia e a Zâmbia como os "cinco países frágeis", quanto à evolução da dívida pública.

Lembrando que "Angola foi um dos principais países beneficiários da Iniciativa do G20 para a Suspensão do Serviço da Dívida (DSSI) durante a pandemia, permitindo à nação produtora de petróleo adiar o pagamento de quase 3 mil milhões USD [2,6 mil milhões USD] no ano passado". O exe-

cutivo do Standard Bank acrescentou que, "com o final do programa do Fundo Monetário Internacional, a incerteza sobre mais conversações relativamente a endividamento bilateral adicional e poucos investimentos no sector petrolífero que podem abrandar a produção, é preciso cautela". Antevendo que, ainda assim, o nosso país "tem o potencial para ter mais melhorias no rating ainda este ano se as coisas correrem bem".

A intervenção de Jibrán Quereishi acontece poucos dias depois de a Standard & Poor's ter seguido o exemplo da Fitch Ratings e melhorado a opinião sobre a qualidade do crédito soberano de Angola, para B-, e na mesma semana em que foi divulgado o plano de endividamento de Angola para este ano, que prevê uma redução do rácio da dívida sobre o PIB, de 85% em 2021, para 73% este ano e o regresso aos mercados financeiros, com a emissão de títulos.

Libran Quereishi, director do departamento de pesquisa económica em África do Standard Bank

